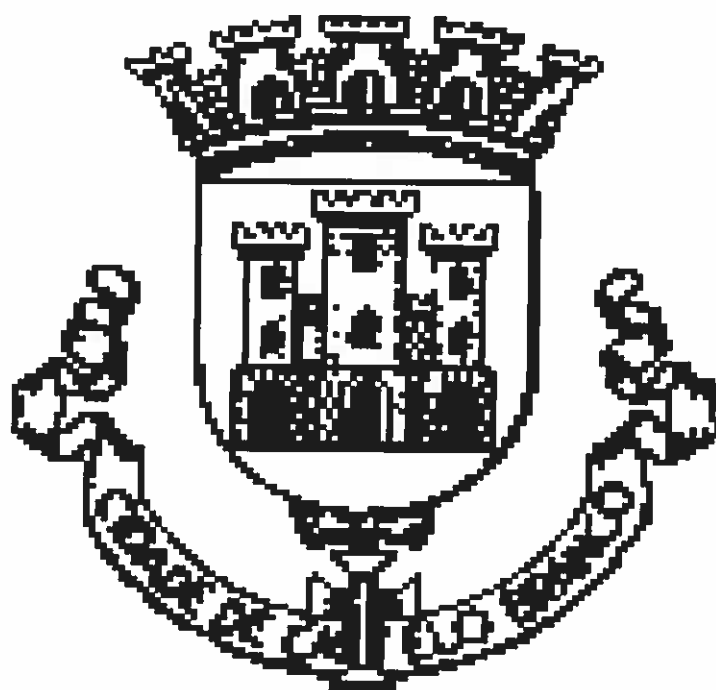


**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**  
**DE**  
**CASTELO BRANCO**

FD

S.



R.

**ACTA DA SESSÃO**  
**ORDINÁRIA DE**

**2020/06/29**

**ACTA Nº.02**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

### ATA N.º 2/2020

Aos vinte e nove dias do mês de junho de 2020, pelas 9 horas e 30 minutos, reuniu em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Castelo Branco, cuja mesa foi presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Arnaldo Jorge Pacheco Braz, pelo Primeiro Secretário, Carlos Simão Martins Míngacho e pela Segunda Secretária, Teresa Paula Baptista dos Santos Crúzio, com a seguinte ordem de trabalhos:

#### **I - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

A preencher nos termos do Regimento.

#### **II - PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

**Ponto 1** - Aprovação das atas n.ºs. 8 e 1, referente à sessão de 23 de dezembro de 2019 e 19 de fevereiro de 2020.

**Ponto 2** - Apreciar uma informação do Presidente da Câmara sobre a atividade municipal e situação financeira do Município.

**Ponto 3** - Ratificação das “Medidas de Apoio à Comunidade no Âmbito da Pandemia - COVID – 19, deliberadas pela Câmara Municipal que alteraram taxas e licenças, da competência da Assembleia Municipal que a seguir se enumeram”:

**3.1 – Reunião da Câmara Municipal de 20/03 (anexo) – (Proposta n.º. 11/2020)**

**3.2 – Reunião da Câmara Municipal de 03/04 (anexo) – (Proposta n.º. 12/2020)**

**3.3 – Reunião da Câmara Municipal de 08/05 (anexo) – (Proposta n.º. 13/2020)**

**3.4 – Reunião da Câmara Municipal de 18/05 (anexo) – (Proposta n.º. 14/2020)**

**Ponto 4** – Ratificação da Proposta de “Combate ao Covid-19. Estado de Emergência. Uniões e Juntas de Freguesia. Tomada de medidas de apoio com vista à proteção da saúde das populações das freguesias”. (Proposta n.º. 15/2020)

**Ponto 5** – Discussão e votação da proposta de “Contratos Interadministrativos com as Uniões e Juntas de Freguesia:



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

5.1. Danos causados por temporal. Obras no Cemitério “Velho” da Junta de Freguesia S. Vicente da Beira. **(Proposta nº. 16/2020)**

5.2. Projeto para Requalificação do Recinto de Festas da Póvoa de Rio de Moinhos (Junto ao Polidesportivo) e Reabilitação do Salão de Festas. União de Freguesias de Póvoa de Rio de Moinhos e Cafede. **(Proposta nº. 17/2020)**

5.3. Projeto de Requalificação do Recinto de Festas (Largo da Junta) e Reabilitação da Cobertura do Edifício da Junta de Freguesia. Junta de Freguesia de Tinalhas. **(Proposta nº. 18/2020)**

5.4. Readaptação do Edifício Sede da Freguesia, com Vista a Garantir Mais Acessibilidades ao Espaço e Reforçar as Condições de Segurança. União das Freguesias de Cebolais de Cima e Retaxo. **(Proposta nº. 19/2020)**

5.5. Criação do Espaço Cidadão. União das Freguesias de Escalos de Cima e Lousa. **(Proposta nº. 20/2020)**

5.6. Adaptação do Edifício Sede da Junta de Freguesia a Espaço Cidadão. Junta de Freguesia de Louriçal do Campo. **(Proposta nº. 21/2020)**

5.7. Obras de Melhoramento do Cemitério de Tinalhas. Adenda ao Contrato Interadministrativo (Deliberação da Câmara Municipal de dia 22 de Abril de 2019). Junta de Freguesia de Tinalhas. **(Proposta nº. 22/2020)**

5.8. Pessoal Não Docente e Refeições do Pré-Escolar e do 1.º Ciclo. Retificação de Contrato Interadministrativo (Deliberação da Câmara Municipal de 06/12/2019, sob o Ponto 9.3.4. Juntas e Uniões de Freguesias. Transportes Escolares, Refeições e Componente de Apoio à Família nos Jardins de Infância e Escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico, da Ordem de Trabalho). União das Freguesias de Escalos de Cima e de Lousa. **(Proposta nº. 23/2020)**

**Ponto 6-** Discussão e votação da proposta de “Geminação entre cidades: Castelo Branco – Bissau.” **(Proposta nº. 24/2020)**



3

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

**Ponto 7 - Apreciação da proposta de “Inventário de Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e Respetiva Avaliação, em 31 de dezembro de 2019”:**

7.1. Câmara Municipal de Castelo Branco. (Proposta n.º 25/2020)

7.2. Serviços Municipalizados de Castelo Branco. (Proposta n.º 26/2020)

**Ponto 8 - Apreciação e votação da proposta de “Documentos de Prestação de Contas do Exercício do ano 2019”:**

8.1. Câmara Municipal de Castelo Branco. (Proposta n.º 27/2020)

8.2. Serviços Municipalizados de Castelo Branco. (Proposta n.º 28/2020)

**Ponto 9 - Discussão e votação da proposta de “1ª. Alteração Orçamental Modificativa (Revisão) e às Grandes Opções do Plano e Orçamento do ano 2020”:**

9.1. Câmara Municipal. (Proposta n.º. 29/2020)

9.2 Serviços Municipalizados de Castelo Branco”. (Proposta n.º. 30/2020)

**Ponto 10 - Discussão e votação da proposta de “Alteração ao Mapa de Pessoal. Aeródromo Municipal. Criação de um Cargo de Direção Intermédia de 3.º Grau e três Postos de Trabalho”. (Proposta n.º. 31/2020)**

**Ponto 11 - Discussão e votação da proposta de “Criação de uma Comissão Permanente de Trabalho”.**

### Aditamento

**Ponto 12 - Discussão e votação da proposta de “Transferências de Competências. Justiça, Associação de Bombeiros, Transporte em Vias Navegáveis Interiores e Áreas Navegáveis Interiores e Áreas Portuárias”. (Proposta n.º. 32/2020)**

**Ponto 13 - Discussão e votação de propostas de “Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios de Castelo Branco (2020-2029)”. (Proposta n.º. 33/2020)**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

### **MEMBROS PRESENTES À SESSÃO**

Arnaldo Jorge Pacheco Brás, Maria Hortense Nunes Martins, Joaquim Manuel Faustino (em substituição de Carlos Simão Martins Mingacho), Maria de Lurdes Gouveia da Costa Barata, Jorge Manuel Vieira Neves, João Miguel Correia Pereira, Ana Catarina Neves (em substituição de Maria Cristina Vicente Pires Granada, André Bernardino (em substituição de José Dias Santos Pires), Maria da Graça Vilela Ventura, Christelle Domingos (em substituição de Nuno Miguel Correia Teixeira Maia), Francisco Manuel Pombo Lopes, Maria do Carmo Almeida Nunes, Paula Carreiro (em substituição de Carlos Alberto da Conceição Casal), José Alberto Moreira Duarte, Miguel Gregório Barroso, Álvaro Manuel Reis Baptista, Nuno Duarte Mimoso Figuinha, Eliseu Matos Pereira, José Manuel Pires Ribeiro, Carina Sofia Filipe Caetano, Francisco de Assis Palhinha de Oliveira Martins, André de Jesus Gonçalves, Carlos Alberto Mendes Barreto, Leopoldo Martins Rodrigues, António Manuel Figueiredo Sanches, Pedro João Martins Serra, Jorge Manuel Ferreirinho Diogo, Teresa Paula Baptista dos Santos Crúzio, Hugo Alexandre Gomes Dias, Luís Manuel de Andrade, Vítor Manuel Ribeiro Louro, Celeste Nunes Rodrigues, Severino Miguel da Conceição Vaz, Romeu Filipe Gonçalves Fazenda, João Miguel Teles Baltazar, Ernestina Gens da Conceição Gonçalves, António Manuel Varanda Marcelino, João Paulo Ramos Martinho.

### **MEMBROS AUSENTES À SESSÃO**

Carlos Simão Martins Mingacho, Maria Cristina Vicente Pires Granada, José Dias Santos Pires, Nuno Miguel Correia Dias Maia, Carlos Alberto da Conceição Casal, José Carlos Ramos Dé.

### **JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS**

Carlos Simão Martins Mingacho, Maria Cristina Vicente Pires Granada, José Dias Santos Pires, Nuno Miguel Correia Dias Maia, Carlos Alberto da Conceição Casal.

### **CORRESPONDENCIA RECEBIDA**

- Senhor Júlio Alves Joaquim – Normas de Funcionamento – Complexo Funerário de Castelo Branco;



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

- Imagem & Protocolo – Curso Prático – falar em Público em Lisboa e Porto.

### **Câmara Municipal de Castelo Branco:**

- Associação Amato Lusitano – Documentos de Prestação de Contas do Exercício de 2019;
- EPAL, S.A. Prestação de Contas: R&C;
- Atas das reuniões da Câmara Municipal dos meses de fevereiro, março, abril, maio e junho de 2020;
- Albigeç, EM/SA. Documentos de Prestação de Contas do Exercício de 2019;
- Terras da Beira Baixa EM/SA. Relatório e Contas 2019;
- ANMP. Boletim nº. 6/2020.
- **Castelo Branco é Gente:**
  - Resposta à Crise Social – Autarquias;
  - Direitos LGBT+ Campanha Internacional. Resolução do Parlamento Europeu Discriminação LGBTI Polónia. Recomendação para as cidades associadas: Polónia com amor;
  - Comemoração do 46º. Aniversário do 25 de Abril. Saudação ao 25 de Abril;
- **Do PCP:**
  - Adota disposição para assegurar o equilíbrio financeiro das autarquias locais (primeira alteração à lei nº. 1-A/2020, de 19 de março – medidas excecionais e temporárias de resposta à situação epidemiológica provocada pelo coronavírus SARS-CoV e da doença COVID-19;
  - Propostas aprovadas relativas ao equilíbrio financeiro das autarquias locais (Primeira alteração à Lei nº. 1-A/2020, de 19 de março – Medidas excecionais e temporárias de resposta à situação epidemiológica provocada pelo coronavírus SARS-CoV-19.
  - Proposta de Lei Nº. 20/XIV-1ª.. Estabelece um regime de cumprimento das medidas previstas nos Programas de Ajustamento Municipal, bem como regime excecional de endividamento das autarquias locais, no âmbito da pandemia da doença COVID-19.

**ANAM:**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

- Plano de Contingência Prioritário para Lares de Idosos em risco da COVID-19;
- Reunião com a Ministra da Modernização do Estado e da Administração Pública;
- Comemorações do 25 de Abril;
- ANAM em tempo de Pandemia;
- Comunicação aos PAM's – Notícias sobre o 25 de Abril;
- Envio de livros “Os eleitos locais”;
- Legislação COVID-19 – Lei nº. 12/2020, de 7 de maio;
- Comunicação do Presidente da ANAM aos associados;
- Formação – Gestão em tempos de crise – Comunicação do Presidente da Assembleia Municipal (associados).

### **Grupo Parlamentar Os Verdes:**

-Medidas e apoios para o movimento Associativo Popular – Ministra do Trabalho Solidariedade e Segurança Social;

Projeto de Resolução – Informação aos cidadãos sobre as melhores práticas de deposição de resíduos como máscaras e luvas protetoras;

Situação de Pandemia. Sessões da Assembleia Municipal. Informação Geral. Sessão Ordinária. Calendarização das sessões.

### **I - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**

**Francisco de Assis Palhinha de Oliveira Martins (CDS)** – Na reunião da Assembleia Municipal de 30 de Abril do ano passado, aconselhei o Sr. Presidente a suspender o mandato, e resolver de forma livre, e sem cargas políticas atrás, os problemas com que se vinha a debater com a justiça.

Entendeu não o fazer, e deixar para a justiça a resolução dos casos, de todos conhecidos.

Primeiramente foi o Tribunal Fiscal e Administrativo de Castelo Branco que se pronunciou pela perda de mandato, em Junho de 2019. Posteriormente, esta perda de mandato, foi confirmada





7  
4  
8

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

pelo Tribunal Central Administrativo do Sul, em Outubro de 2019. Mais tarde, foi ainda confirmada pelo Supremo Tribunal Administrativo, em Abril de 2020.

Nenhuma destas resoluções foram acatadas pelo presidente que, teimosamente se manteve no lugar, e que, em última instância, veio a recorrer para o Tribunal Constitucional o qual, para já, não admitiu em decisão sumária, a revisão das decisões.

Sr. Presidente, agora não o aconselho mais a pedir a suspensão do mandato, antes o aconselho a sair, enquanto o puder fazer com alguma dignidade.

Referia o Sr. Presidente ao Jornal Reconquista de 25 de Junho passado que, e cito *“Se perder o mandato, perco-o de pé”*.

De pé, ou de joelhos, saia como lhe aprouver, mas livre os albicastrenses de mais episódios desta novela, e de verem a sua cidade referida nas redes sociais, imprensa escrita e falada, pelas piores razões.

Poupe-nos!!!... E mais uma vez o aconselho, saia já, que é bem mais digno do que ser despedido.

Para terminar, uma vez que o tempo corre, gostaria de lhe deixar uma pergunta que não vi respondida na última reunião

O que se passa com as obras do Barrocal, “visitado como se lembram a 28 de Dezembro de 2018 por membros desta Assembleia, e que mereceu justos elogios”, para quando a devolução deste espaço aos Albicastrenses? Ou teremos de aguardar pelas eleições de 2021?

Valerá a pena esperar atendendo à evolução da situação?

Disse.

**José Manuel Pires Ribeiro (BE)** - Apesar das peripécias iniciais, a autarquia desenvolveu uma série de ações para impedir a propagação do vírus, apoiar a ULS e as freguesias, garantindo ainda uma série de condições logísticas para obviar á perda de rendimentos resultante das limitações impostas pelo estado de emergência.

Como notas positivas, destacamos os apoios monetários e logísticos às Freguesias, a criação de um centro de recursos Covid, a aquisição de EPIs e testes de despiste, o lançamento da página CB acontece em casa, com o envolvimento da comunidade, o encerramento de todos os





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

equipamentos municipais, o cancelamento de eventos dinamizados pela autarquia, isenção de pagamento de avenças, nos parques estacionamento municipais, isenção de pagamento das taxas municipais no mercado e campo da feira, isenção pagamento de rendas de casas do município e a isenção de cobrança de taxas por ocupação do espaço público – esplanadas.

Como notas negativas, o facto de não terem custeado as refeições dos alunos do escalão B e de terem apregoado o desconto de 50% na fatura da água durante 2 meses, quando, na realidade, o desconto só incide nas taxas fixas de água, saneamento e resíduos ou, seja, um desconto sem qualquer impacto no orçamento familiar. Também notamos que os cortes de abastecimento, por falta de pagamento, não foram suspensos temporariamente.

Um governo que nos transmite a ideia de defesa do SNS, deveria garantir medidas extraordinárias de apoio às estruturas da saúde, no período pandémico. A autarquia assumiu essa responsabilidade com a atribuição da verba de 200.000 € à ULS, da verba atribuída à mesma entidade através da CIMBB, no valor de 32.540 € e compra de 5.000 testes Covid 19 no valor de 125.000 €.

Registamos o facto de as 16 medidas propostas pelo BE não terem sido totalmente contempladas e, nalguns casos terem uma aplicação parcial e menos abrangente como decidiram nas refeições e na água.

Estranhámos ainda que a Assembleia Municipal não tenha reunido com carácter extraordinário. Consideramos que, nesta fase, teria todo o sentido que o Presidente deste órgão promovesse uma Comissão integrada por todos os grupos municipais, para análise da situação e apresentação de eventuais propostas de ação.

Uma nota também para a comemoração do 25 de Abril. Tivemos oportunidade de expressar a nossa posição ao Presidente da Assembleia, com a seguinte proposta:

**1. Saudar o 46º Aniversário da Revolução de Abril e apelar à participação massiva dos munícipes nas celebrações on-line que comemoram a data, lembrando que a melhor maneira de ajudar é permanecendo nas suas habitações;**

**2. Garantir a possibilidade de gravação prévia de um pequeno discurso /mensagem a todos os Grupos Municipais representados na Assembleia Municipal, Presidente da Câmara e Presidente da Assembleia Municipal. (o vídeo seria da responsabilidade técnica e logística dos**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

intervenientes), com a divulgação dos mesmos nos sítios digitais da autarquia e envio à Comunicação Social (pelos serviços municipais);

**3. Criação de evento online, através de redes sociais tais como Facebook, Instagram ou outras, para celebração do 25 de Abril com disponibilização de conteúdo evocativo, convites a bandas ou artistas que se disponibilizem a gravar ou emitir em direto, momentos musicais ou culturais, etc.**

**4. Adesão ao momento proposto pela Associação 25 de Abril, convidando os órgãos de comunicação social e promovendo a audição da canção “Grândola, Vila Morena” e Hino Nacional, pelas 15 horas do dia 25, (ver ficheiro anexo) na cidade e em todas as freguesias;**

**5. Saudar as lutas dos trabalhadores e das populações da cidade que em defesa da nossa saúde asseguram serviços como a recolha do lixo, a venda de bens essenciais, os transportes, o correio, a limpeza e manutenção das estruturas e a escola pública na garantia de alimentação de emergência;**

**6. Saudar o trabalho de todos os profissionais na área da saúde no combate à pandemia em curso, em particular a todo o SNS e seus profissionais;**

Não obtivemos resposta e participamos na comemoração, com a surpresa ou talvez não do gesto antidemocrático de se registar uma única mensagem de saudação do presidente da câmara.

Consideramos que a dignidade deste órgão foi, mais uma vez, beliscada.

**Mário Gregório Barata Rosa (Presidente da Junta de Freguesia de Alcains)** - Não é a primeira vez que aqui venho falar dos eventos que ao longo do ano se realizam nas freguesias do nosso concelho.

Não é a primeira vez que aqui refiro que é uma vontade das populações das nossas freguesias, dos seus representantes autárquicos e que com o apoio da Câmara Municipal de Castelo Branco se têm vindo a concretizar.

Também não é a primeira vez que aqui refiro o que representam estes eventos em termos económicos para todos, de divulgação dos nossos produtos e possibilidades de muitos garantirem um rendimento com a venda dos produtos artesanais que produzem.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Mas também não é, ao longo deste mandato a primeira, nem a segunda vez que surgem insinuações contra a realização destes mesmos eventos.

Estes eventos foram criados e provaram ser uma mais valia para as freguesias.

São do agrado de toda a população, artesãos, associações, agricultores, comerciantes.

Ora bem uma vez que é um investimento conseguido e com retorno, há pois, "Por vezes a competência de alguns incomoda outros", há pois quem queira desvalorizar estes eventos pois até lhe mudam o nome para feiras quando se dirigem à comunicação social e criticam os seus custos.

Ora festa significa dia de comemoração, dia santificado, gesto ou demonstração.

Evento significa acontecimento e é aquilo que acontece nas freguesias do nosso concelho durante todo o ano.

Em cada freguesia acontece uma vez por ano que todos os produtores agrícolas, todos os artesãos, todas as associações, todos os comerciantes têm a oportunidade de mostrar aquilo que melhor sabem fazer.

Acontece que têm a oportunidade de fazer negócio, darem-se a conhecer. Isto acontece porque a Câmara Municipal de Castelo Branco, e muito bem, investe nestes eventos.

Está mais que provado que estes eventos são essenciais para o desenvolvimento das freguesias, todos o sabem, porque todos lá vão quando acontecem, falam com as populações e duma vez por todas quem é contra, quem não concorda com a realização destes eventos que o digam de uma vez e que expliquem às populações porque são contra.

Festas populares são da responsabilidade das populações e nessas a Câmara não intervêm.

Tenho dito.

**Carina Sofia Filipe Caetano (CDU)** - Em plena pandemia começo por saudar os trabalhadores que prestam serviços especiais de forma incansável e destemida, como os profissionais do serviço nacional de saúde que arriscam diariamente a sua vida em condições muitas vezes difíceis.

Uma saudação aos trabalhadores da nossa autarquia e das nossas freguesias que têm feito um trabalho assíduo para que nada falte à população mesmo expostos a riscos. São responsáveis pelo abastecimento de água, saneamentos, resíduos sólidos urbanos, recolha, limpeza do espaço público e a sua higienização.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Uma saudação aos trabalhadores dos Contact Centers da nossa cidade, muitos em teletrabalho e a prestar assistência aos filhos em simultâneo e outros ainda a trabalhar confinados no mesmo espaço, com condições mínimas e com receio de serem infetados.

Uma saudação aos professores, aos trabalhadores de lares, das superfícies comerciais e a todos os trabalhadores em geral que têm resistido apesar das dificuldades laborais que se vêm confrontados.

Uma saudação especial aos albicastrenses que fizeram um enorme esforço para ficar em casa, têm cumprido as normas de segurança e têm sido exemplares no combate à propagação do vírus.

De uma forma geral temos concordado com as medidas de apoio que a autarquia tem implementado no combate ao covid 19, e que vêm nos documentos que nos foram entregues, mas reconhecemos que muito mais há a fazer e será feito certamente, para isso é importante o contributo de todos nós.

A falta de transportes, devido ao Covid-19, tem sido um entrave para a pessoas poderem retomar as suas actividades. Dou o exemplo, de 3 jovens que não podem vir à formação profissional da APPACDM, por não haver um único transporte de São Miguel D'Acha para Castelo Branco. Seria importante que o executivo pudesse tomar nota e ver a possibilidade de ajudar.

Tenho verificado que algumas das propostas e sugestões que temos trazido a estas assembleias têm sido tidas em conta, e agradecemos, no entanto, há uma que tenho de voltar a insistir, que são os estragos na estrada de acesso à APPACDM e ETEPA, na Carapalha. Uma estrada sem passeios, com buracos, areia, e que tem piorado devido à circulação constante das máquinas e camiões que dão apoio às obras da nova superfície comercial. Conhecemos várias pessoas que já se magoaram nesta estrada.

CCDR (comissão de coordenação e desenvolvimento regional)

**Gostaria de deixar aqui a posição da CDU relativa às CCDR's.**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

A CDU considera que é um atabalhoado e errado processo de transferência de encargos e responsabilidades para as autarquias, as CCDR serão co-responsabilizadas pela degradação do território que acentuam injustiças e desigualdades e que contrariariam os interesses da população.

Consideramos que a regionalização é a solução. Para além de um desígnio constitucional há décadas adiado, a criação das regiões administrativas é parte integrante de um verdadeiro processo de descentralização da organização administrativa do estado, fundamental para o desenvolvimento harmonioso das regiões no combate à desigualdade e assimetrias existentes nos territórios.

No que diz respeito ao assunto de ordem do dia e à decisão do **tribunal** no processo do Presidente da Câmara Luís Correia, a CDU mantém a mesma postura de confiança na justiça.

Os órgãos responsáveis, como é conhecimento geral, confirmaram a existência de atos ilícitos na gestão municipal da CMCB, presidida por Luís Correia e confirmaram a perda de mandato.

Tendo em conta que já foram conhecidos outros casos semelhantes com a mesma deliberação temos de reconhecer que a justiça esta a funcionar e deve ser isenta e igual para todos de modo que os responsáveis políticos e os cidadãos em geral hajam de forma adequada, correta e transparente.

Este processo pós em causa os princípios normais da transparência da gestão da autarquia causando intranquilidade pelo que a CDU exige que a justiça seja aplicada de forma célere para que os municípios possam ter confiança nos seus eleitos.

Deseja um bom trabalho a todos.

**Ana Catarina Neves (PS)** - O empreendedorismo tem sido uma das apostas fortes deste município com conquistas ganhas a vários níveis.

Desde a implementação e funcionamento do balcão do empreendedor, que integra o projeto do balcão único eletrónico nacional, e proporciona aos municípios a prestação dos serviços necessários ao exercício de uma atividade económica, e a consequente implementação do “licenciamento zero”, uma iniciativa integrada no Programa Simplex, que procura simplificar a



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

abertura de um negócio através da eliminação de pareceres prévios, licenças e vistorias, desmaterializando assim os processos de licenciamento através de uma redução da carga burocrática e dos custos inerentes, Castelo Branco tem-se mostrado um Município de vanguarda, no diz respeito à prática de soluções originais, empreendedoras e inovadoras. O Centro de Empresas Inovadoras é também um claro exemplo

Atualmente o CEI, com uma grande dinâmica de empresas incubadas, revela-se um atrativo empreendedor para empresas que pretendam desenvolver os seus projetos de inovação a partir de Castelo Branco, apoiando-os com um conjunto de espaços e serviços qualificados, de formas a tornar realidade projetos sustentáveis.

Sediada no Cybercentro, a Fábrica do Jovem Empreendedor surge como um espaço que pretende gerar um conjunto de iniciativas, com vista à promoção de competências empreendedoras, no âmbito do empreendedorismo infantil e juvenil, tanto na Comunidade Escolar como na Comunidade Local.

Um dos principais objetivos da Fábrica do Jovem Empreendedor, é assim fomentar o espírito empreendedor na comunidade mais jovem, dotando-os de várias competências e ferramentas essenciais para conseguirem concretizar qualquer projeto, desde a ideia à fase final.

Outro dos objetivos primordiais do projeto é desenvolver competências transversais e abrangentes, de forma a incrementar nas jovens ferramentas essenciais para a sua vida futura. Com uma coleção já de vários prémios e distinções, este ano, e pela 2ª vez consecutiva, acompanhou e tutorou a equipa vencedora do concurso promovido pela CIMBB – Cria o teu futuro. Facto este que eleva e comprova as competências adquiridas pelas equipadas que participaram ativamente na FJE.

A Equipa Vencedora pertence ao agrupamento de Escolas José Sanches e São Vicente da Beira, da Escola de Alcains, localidade onde será brevemente inaugurado o 2º polo deste projeto pioneiro. É importante não esquecer que na FJE estão inscritas crianças e jovens de todos os agrupamentos do concelho, estando assim a ser criadas dinâmicas muito bem estruturadas entre as





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

várias instituições da cidade e o Município, para o desenvolvimento dos futuros jovens empreendedores.

Mas o rol não se encerra aqui. Vejamos.

A competir com mais 36 projetos, também recentemente a Quinta do Chico é um dos dois projetos, a representar a região centro, candidatos à edição de 2020 do prémio europeu Regiostars. Atribuído pela Comissão Europeia, o prémio visa distinguir projetos financiados pela UE que promovam novas abordagens no desenvolvimento regional, identificando boas práticas, originais e inovadoras.

Inaugurada em 2017, a Quinta do Chinco dispõe de 88 talhões e encontra-se atualmente lotada. Face à elevada procura, o Município já assumiu a necessidade de alargamento deste projeto com a criação de uma 2ª. Quinta do Chinco, ampliando assim também os benefícios que o projeto oferece à comunidade, no que diz respeito à promoção de um desenvolvimento mais sustentável e responsável.

Independente de valores políticos, esta é uma distinção que muito deve orgulhar os albicastrenses, e que todos deveríamos votar, pois o facto de ser candidata é porque reuniu todas as condições reúne todas as condições da UE para receber o convite da CCDR à candidatura, por ser uma boa prática de desenvolvimento sustentável e isso deve ser um motivo de união e orgulho e não mais uma forma de dividir os albicastrenses. Porque o que está em causa é o nome de Castelo Branco, além-fronteiras. Para votar basta aceder a <https://regiostarsawards.eu/>, na categoria “urban development” e votar na Quinta do Chinco.

Não esqueçamos também a iniciativa casulo, apresentada no Museu da SEDA. Um concurso promovido pela Autarquia, que teve como objetivo o desenvolvimento de um bolo ou doce identitário de Castelo Branco. O bolo/doce tem como obrigatoriedade a utilização da seda, o fruta amoreira, por sinal a árvore da qual as folhas são a fonte de alimentação do bicho da seda, que produz o casulo de onde se extrai seda para o desenvolvimento do Bordado de Castelo Branco.





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

A ideia surgiu de um desafio lançado pela Associação portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental (APPCDM) de CB À CM e conta com o Centro de Apoio Tecnológico Agroalimentar de Castelo Branco (CATAA) como parceiro e coordenador do concurso.

Esta é uma iniciativa que se revela como um complemento à estratégia de promoção e divulgação dos produtos endógenos do território, sendo também um excelente exemplo de trabalho de cooperação entre as instituições locais.

A iniciativa é mais uma forma de reforçar a identidade da região, contribuindo para a promoção e divulgação da cultura, uma vez que alia o bicho-da-seda, ligado ao Bordado de Castelo Branco, à gastronomia, através da criação de um produto da região que é a base de um bolo/doce. As inscrições estão abertas até dia 16 e toda a informação pode ser obtida diretamente no CATAA ou através da câmara Municipal.

**Maria de Lurdes Gouveia da Costa Barata (PS)** - Grande saudação, antes de mais. Estamos frente a frente, embora mascarados, mas podemos olhar-nos olhos nos olhos. Ainda não é tempo de grandes esperanças sobre a COVID...

É meu costume falar de aspectos culturais ligados à nossa autarquia, as manifestações não foram muitas devido ao contexto em que vivemos.

A programação cultural foi impulsionada através da criação do sítio Castelo Branco *Acontece em Casa*, numa rede social, com participações, sobretudo da área da música e teatro, de dezenas de artistas locais e alguns nacionais.

No final de Maio, realizou-se um “CONCERTO À JANELA” com Cuca Roseta e banda, que percorreu grande parte da cidade, durante cerca de 5 horas, em duas sessões, realizadas através de autocarro no final de tarde do dia 30 e, manhã do dia 31. Ao mesmo tempo, quatro artistas, Rosário Belo, João Gama, Paulo Veiga e Aires Melo, iniciavam o trabalho de criação de um painel, na Fábrica da Criatividade. Estas iniciativas integraram a FEIRA SABORES DE PERDIÇÃO ONLINE e foi também neste quadro que o actor e cantor Sérgio Praia se apresentou no dia 6 de Junho nas ruas da cidade, com actuações em 6 pontos.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Neste período desenvolveu-se, também, na Fábrica da Criatividade, o projecto *Estar Perto*, integrando o programa *Por Terras de Xisto e Granito*. Doze grupos, envolvendo mais de cinquenta músicos, uma dezena de técnicos da área do som, iluminação e vídeo congregaram esforços, na Fábrica da Criatividade, actualmente a funcionar como Centro de Recursos Covid-19, para oferecerem a uma comunidade particular, os Lares e Centros de Dia do concelho, momentos musicais na área do fado e música tradicional. Tudo possível através de outra forma de comunicação como o ecrã.

No dia 13 de Junho foi inaugurado um painel de azulejos na Rua dos Chões, dedicado a Eugénio de Andrade, poeta beirão que ainda viveu naquela zona, recordando os quinze anos do seu falecimento. O evento, programado pela Junta de Freguesia de Castelo Branco, integrado no Ciclo Cultural «Castelo Branco Cidade da Poesia», teve momentos musicais e de leitura de um texto em prosa e de algumas poesias de Eugénio de Andrade. Segundo Leopoldo Rodrigues, «esta é uma forma de valorizar a arte e a poesia em Castelo Branco, mas também a zona histórica da cidade», corroborado pelo Presidente da Câmara, Luís Correia, igualmente presente e que manifestou a disponibilidade da autarquia para apoiar eventos culturais, uma vez que uma política cultural forte e determinada foi posta em prática por esta autarquia.

Também na altura, Leopoldo Rodrigues anunciou a segunda edição do *Prémio Internacional de Poesia António Salvado – Cidade de Castelo Branco*, que será apresentada no próximo dia 4 de Julho.

Entretanto, já reabriram os Museus e Centros de Interpretação e a programação de cinema, teatro e música recomeçou no Cine-Teatro Avenida. Não vou enumerar, apenas citar datas de realizações: 20, 24, 26 e 27 de Junho.

Quando se ama algo, neste caso a cultura, não se pára, nem na cabeça, nem no coração, passando-se logo à ação quando se abre uma pequena fresta de possibilidade, perante um impedimento como o deste vírus insuportável...

Os *Mascarados* vão à procura  
de manifestações de cultura...  
Mas há a pandemia!...  
É grande a dor de cabeça



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

sem que alguém a impeça  
por queda da economia...  
Mas a vida é esperança!  
Um tempo virá que alcança  
a perdida harmonia...

**Christelle Varanda Domingos (PS)** - Pela primeira vez, acabei por me desafiar para usar da palavra neste ato tão nobre da nossa Democracia que são as Assembleias Municipais, não só porque me move um dever de participação cívica, mas principalmente, enquanto cidadã deste território, porque me move um dever moral de reconhecer e agradecer o trabalho daqueles que diariamente lutam para que eu e demais jovens da minha geração tenhamos a possibilidade de viver e trabalhar em Castelo Branco com as mesmas oportunidades dos jovens do litoral de Portugal.

E é sobre emprego jovem que quero dedicar a minha intervenção.

Ouvíamos esta semana, segundo as últimas estatísticas do INE, que desde 2011 a 2019, o número de residentes diminuiu em 86% dos concelhos do país.

Sendo que, por diversos fatores socioeconómicos, acentuou-se também nestes 8 anos, uma tendência de perda mais acentuada de população no interior do país.

No entanto, contra aquilo que é uma tendência demográfica, há que referir que o município de Castelo Branco é dos municípios que menos população perdeu durante este período e para isso muito terá contribuído a política de desenvolvimento, de atração de novas empresas e de apoio à criação de emprego por parte da Câmara Municipal.

Mas como não considero que seja suficiente generalizar esta questão com dados estatísticos, quero sobretudo objetivar nesta minha intervenção, aquilo que foram medidas e ações concretas nos últimos anos:

- A construção de infraestruturas e apoio à criação de condições para investimento externo, resultado de uma boa gestão dos meios financeiros e de uma estratégia de políticas integradas de atração de investimento que permitiu criar, nos últimos 6 anos, através de investimento direto da



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Câmara Municipal, mais de 900 postos de trabalho: 250 na Altice; 200 na Randstad; 150 na Segurança Social, 150 no CEI e 200 na SIBS,

- Particularizando aquilo que é o dinamismo empreendedor do CEI, esta incubadora de empresas apoia atualmente a consolidação de 29 projetos, com um valor de exportações que ronda os 2 milhões de euros e um volume total de negócios de cerca de 3 milhões de euros;

- O investimento na criação de uma nova Incubadora, desta vez, de base tecnológica e que representa um investimento de cerca de 1 milhão e 250 mil euros o que irá permitir a criação e consolidação de novas empresas que apresentem inovação e intensidade tecnológica, permitindo dar continuidade ao trabalho de incubação realizado, até agora, CEI.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

- Paralelamente temos assistido a uma estratégia concertada e empreendedora que tem permitido captar e fixar mais investimento, mais empresas e mais talento, nomeadamente:

- A abertura do centro de engenharia da Axians que permitirá até 2022, a criação de 80 postos de trabalho altamente qualificado e que representa um impacto direto de 4,5 milhões de euros na região;

- A Albatroz Engenharia, especializada nas áreas da robótica, aeronáutica, 'software', mecânica e eletrónica, instalada em 2019 pelas excelentes condições do aeródromo de Castelo Branco, e que espera investir até final de 2022, 1,1 milhões de euros no território, traduzindo-se para já em mais de uma dezena de postos de trabalho;

- a instalação da ITSector, tecnológica especializada no desenvolvimento de projetos para a transformação digital do setor financeiro, que pretende chegar até ao final deste ano aos 50 colaboradores;

- Ainda referir o papel da Fábrica da Criatividade como fonte de criação de riqueza para o território. Sabemos hoje que este investimento na estimulação do empreendedorismo cultural e criativo, é hoje responsável pela consolidação de 40 projetos, com cerca de 80 pessoas envolvidas;

A fábrica da Criatividade é hoje um espaço de excelência e atração para artistas, oriundos de todo o território nacional, mas também internacional, para aqui se instalarem assumindo-se a produção cultural como fonte de criação de riqueza.

Com todos estes impactos, Castelo Branco demonstra que tem todas as condições para acolher grandes empresas e multinacionais. Castelo Branco demonstra que consegue criar um ecossistema virtuoso que, conjugado com o talento existente e a infraestrutura edificada, permite atrair empresas focadas no desenvolvimento de atividades de valor acrescentado. Esperamos, que numa lógica de continuidade ao trabalho desenvolvido por este executivo, que mais empresas se instalem em Castelo Branco e que mais postos de trabalho continuem a ser criados.

Senhor Presidente da Câmara, Dr. Luís Correia

As políticas desenvolvidas sob a sua Presidência, têm sido desde há muito reconhecidas e aceites como promotoras do desenvolvimento do Município. Graças à sua ação e à do seu Executivo, temos hoje um território dinâmico, um território Criativo, um território que apoia e consolida postos de trabalho efetivo para a fixação de emprego jovem, um território aberto,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

inclusivo e solidário, um território onde todos temos o direito e a possibilidade de lutar pela nossa felicidade e pelo nosso bem-estar.

Um território que a cada dia se constrói, num território de futuro que todos ambicionamos.  
Bem-haja!

**Eliseu Matos Pereira (PSD)** – Na sequência desta Pandemia Covid-19, no entendimento do PSD, existem muitos espaços em que o Município possa atuar no sentido de realçar o apoio aos munícipes, nomeadamente, no que respeita ao tecido empresarial com especial in foco aos pequenos empresários e comércio local.

Existem inúmeros empresários com pequenos negócios que se encontram numa situação muito complexa em manter a continuidade dos mesmos. Recordo que foram obrigados a encerrar as suas portas ao público, parte do mês de março e todo o mês de abril. Estes pequenos comerciantes em muitos casos trabalham sozinhos, têm filhos em idade escolar e são obrigados a dar o necessário apoio escolar.

Trago aqui um exemplo concreto que com toda a certeza reflete a realidade de muitos outros casos semelhantes.

Um estabelecimento considerado de bens não essenciais instalada numa freguesia do nosso concelho teve que encerrar ao público em metade do mês de março e todo o mês de abril, recebeu o apoio da Segurança Social no valor de noventa e cinco euros em abril, referente ao mês de março e outros noventa e cinco euros em maio, referente ao mês de abril. Entretanto, retomou a atividade no início de maio, mas como tem duas educandas em idade escolar não consegue desenvolver a cem por cento a sua atividade, pois teve que acompanhar o ensino à distância, especialmente aquela que frequentou o primeiro ciclo, sem qualquer apoio adicional da Segurança Social. Sem dívidas à Segurança Social ou ao fisco continuam a honrar os seus compromissos como sendo, por exemplo, a fatura do software, a contribuição para a Segurança Social, o pagamento do IVA, água, eletricidade, telecomunicações, a cota para a Associação Comercial a que pertence, as despesas normais afetas a este negócio, neste caso, em concreto, não tem a questão da renda porque trabalha em instalações próprias. Este exemplo espelha bem as





A handwritten signature in black ink, consisting of a vertical line on the left and a large, stylized loop on the right.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

dificuldades e a falta de proteção que muitos pequenos empresários e ofícios estão a passar no nosso concelho. Torna-se crítico em nosso entender usar todos os meios ao alcance do nosso Município para ajudar no Tecido Empresarial com especial in foco para estes mais desprotegidos. E, assim, deixava aqui algumas considerações. Porque não instala o Município medidas concretas de incentivo ao consumo do Comércio Local como acontece nos vários concelhos do país? Como por exemplo, a Câmara Municipal do Alandroal, no Alentejo, que não ficou à espera e foi atrás, foi até notícia nas televisões nacionais pelos melhores motivos. Lançou um incentivo ao consumo no comércio local, na restauração, nas pastelarias ou cafés e que funciona de forma muito simples, por casa dez euros de compras o consumidor fica habilitado a um sorteio mensal que se prolonga até setembro, sendo este valor gasto novamente no comércio local.

Enfim são pequenas medidas simples, mas que são eficazes no apoio ao comércio local.

Recordo ainda que o Senhor Vereador do PSD, Dr. Carlos Almeida, na reunião da Câmara de 20/03, apresentou várias propostas no âmbito da pandemia Covid-19, entre as quais propôs a criação de um fundo financeiro de apoio para o tecido empresarial do nosso concelho. Esta é uma medida que está a ser implementada nos outros concelhos. E em Castelo Branco o que está a Câmara Municipal à espera?

As empresas, o comércio, a restauração, os produtores agrícolas e muitas outras atividades comerciais e ofícios não merecem sentir um apoio real que os ajude neste período difícil por parte do nosso município?

Tenho dito.

**Nuno Duarte Mimoso Figuinha (PSD)** – Pegando um pouco na intervenção do meu colega Eliseu, sobre apoio às atividades económicas, uma coisa que me surpreendeu recentemente nas notícias foi um estranho, não digo apoio, porque isto já vem de longe, mas é uma atividade económica deveras bizarra que foi um aluguer que acho anormalmente elevado bizarro de WC sanitários municipais. A última vez que ouvi falar nos WC muito luxuosos foi há uns bons anos atrás, um antigo ditador. Então achei curioso e fui verificar ao longo dos anos e em 2016, um ajuste direto de vinte e seis mil e cem euros, em 2017, outro ajuste direto agora de vinte e seis mil





A handwritten signature in black ink, consisting of a vertical line on the left and a large, stylized loop on the right.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

euros e novecentos euros. Passando já para 2018, uma consulta prévia de vinte e sete mil e trezentos. Foi subindo. Normalmente, as consultas prévias convidam-se três empresas, a intenção até seria de descer o preço. Em 2020, vinte e sete e trezentos. Tratando-se de um WC, com tanta coisa que seria necessário, agora apoiar este após confinamento a nível de Comércio, como justificam este valor tão elevado para umas casas de banho. Porquê? Não será mais barato fazer umas?

Já ouvi que haveria umas incongruências com o PDM. O PDM já foi revisto umas seis vezes desde que começaram estas adjudicações. Não teria sido já mais fácil, mais barato e melhor utilizado o dinheiro dos munícipes que é isso que interessa em qualquer outro investimento que não este?

Claro que poderia falar da empresa, mas não gosto de personalizar as coisas com empresas fornecedoras, se é A ou B. Mas, também achei deveras caricato quando me foi informado de qual foi a empresa. Portanto, fica a dúvida do investimento, Senhor Presidente.

**Francisco Manuel Pombo Lopes (PS)** - O país e o mundo encontram-se a fazer face à pandemia Covid-19, a qual acarreta severas consequências sociais e económicas sem precedentes neste século e cujos impactos vão prolongar-se até à resolução deste grave problema sanitário.

Sendo a resposta de saúde um investimento essencial quer para salvar vidas, quer para uma recuperação a longo prazo a nível social e económico.

A Câmara de Castelo Branco aprovou e implementou um conjunto de medidas de apoio face à pandemia Covid-19, em coordenação e cooperação permanente com todas as autoridades competentes e instituições (designadamente Saúde, Proteção Civil, Forças de Segurança) para fazer face à propagação da pandemia e potenciar uma atuação imediata em caso de necessidade.

Medidas para proteger os munícipes, no que respeita à propagação do vírus e tratamento, visando também minimizar as consequências sociais e económicas da pandemia, incluindo assim diversas medidas ao nível: da saúde; comunidade; social; educação; recursos de combate à pandemia; comércio e iniciativas.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

*Assim, a Câmara Municipal de Castelo Branco aprovou a transferência de 200 000,00€ para a Unidade Local de Saúde (ULS) de Castelo Branco, para apoiar aquela instituição na aquisição do material necessário à prevenção e combate ao vírus.*

O Serviço de Patologia Clínica da Unidade Local de Saúde de Castelo Branco (ULSCB) passou desde o dia 26 de abril a pertencer à Rede Portuguesa de Laboratórios para o Diagnóstico Laboratorial da COVID19. Com equipamentos do hospital, do Instituto Politécnico de Castelo Branco e do Centro Tecnológico de Apoio ao Agroalimentar, numa parceria também quanto aos recursos humanos.

A autarquia adquiriu 5000 testes de despiste ao Covid-19 e bem como a realização de um rastreio de anticorpos através de punção venosa, destinando-se aos mesmos a diversas entidades, nomeadamente, aos profissionais das IPSS's, às Forças de Segurança, os Bombeiros, à Proteção Civil e aos Funcionários do Município, tendo ainda adquirido e distribuído Equipamentos de proteção individual.

Linha de apoio social e psicológico e linha de apoio a compras e medicamentos.

Criação de Zona de Retaguarda no Pavilhão Municipal de Castelo Branco com 60 camas cedidas pelo Exército Português, para ser utilizada em caso de emergência.

Colaboração, em termos logísticos, com a ULS na utilização da Pousada da Juventude possibilitando o alojamento alternativo aos profissionais que estão na primeira linha de combate.

Disponibilização da base de apoio logístico para utilização em caso de emergência.

Criação de um Centro de Recursos Covid, localizado na Fábrica da Criatividade, que visa potenciar e facilitar iniciativas de voluntariado que vão surgindo na cidade, nomeadamente, no fabrico de EPI's.

Aquisição e distribuição de máscaras reutilizáveis, aventais e luvas por várias instituições do Concelho.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

O Município transferiu 190 mil euros para as Freguesias do Concelho, no âmbito das medidas de prevenção e contenção da pandemia SARS-CoV-2/Covid-19. Recebendo cada Freguesia 10 mil euros, com o objetivo de apoiar a prevenção da propagação do COVID-19, designadamente na desinfeção de ruas, apoio à população mais idosa e outras ações que previnam a propagação do vírus SARS-CoV-2.

Balcão único, apenas acessível através de marcação prévia.

Encerramento ao público de todos os equipamentos do Município, mantendo apenas em funcionamento, mas com as devidas restrições, o complexo fúnebre e o Mercado Municipal;

Higienização das ruas da cidade, e das freguesias do Concelho.

ATL Empreendedor Express: Criação de ATL totalmente iterativo a distância.

Cancelamento dos eventos dinamizados pela autarquia nos meses de março, abril, maio e junho.

Isenção do pagamento dos valores referentes às Atividade de Apoio à Família, no âmbito da Educação Pré-Escolar do ensino público, pelo período de 1 mês (faturação relativa ao mês de março).

Assunção dos custos relacionados com as refeições consumidas pelos alunos do Escalão A e pelos filhos dos profissionais de saúde, até final do ano letivo.

Aquisição de 400 computadores para entregar aos agrupamentos de escolas do concelho, com 3 meses de internet garantida. A medida representa um investimento superior a 150.000,00€ e destina-se a apoiar os alunos carenciados.

Atribuição de 120 000,00€, aos vários agrupamentos de escolas do concelho, para aquisição de material informático que será emprestado aos alunos mais carenciados de forma a que estes possam acompanhar as aulas através da Internet.



A handwritten signature in black ink, consisting of a stylized 'J' followed by a large loop and a final flourish.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Isenção do pagamento de rendas de estabelecimentos comerciais/serviços propriedade do Município, por um período de 2 mês (Faturação relativa ao mês de maio e junho).

Isenção do pagamento de avenças em vigor relativas à utilização dos Parques de Estacionamento Cobertos, pelo período de 2 meses (faturação relativa ao mês de abril, que estendeu ao mês de maio).

Isenção do pagamento de taxas relativas à utilização do Mercado Municipal de Castelo Branco, pelo período de 3 meses (faturação relativa aos meses de abril, maio e junho).

Isenção do pagamento de taxas relativas à utilização do Campo da Feira – Mercado Semanal, pelo período de 3 meses (faturação relativa aos meses de abril, maio e junho).

Isenção do pagamento de rendas de habitações, propriedades do município, integradas no âmbito da Habitação Social, pelo período de 2 meses (faturação relativa ao mês de maio e que se também se estendeu ao mês de junho).

Redução em 50% das taxas fixas de água, saneamento e resíduos, na fatura da água, a clientes domésticos e não domésticos, pelo período de 2 meses (faturação relativa ao mês de março que se estendeu ao mês de abril).

Criação da página de Facebook – CB Acontece em Casa, com conteúdos de entretenimento variados.

Um vasto conjunto de medidas, diverso e transversal na prevenção e combate da epidemia Covid-19 em permanente cooperação com as instituições do concelho, num valor global de um milhão e quinhentos mil euros.

**José Alberto Moreira Duarte (PSD)** – Mais uma vez cá estamos e mais uma vez reunidos depois de todos nos vermos envolvidos numa situação já mais previsível e muito menos desejável. Estou a falar da Pandemia Covi-19. As dificuldades em lidar com esta situação têm sido enormes e o pior e quem sabe, ainda poderá estar para vir. Vivemos um confinamento, encerraram serviços



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

públicos de transportes, escolas, a restauração, os eventos culturais, desportivos, religiosos e muitas outras empresas de serviços. Mesmo com estas condições e com imensas dificuldades, algumas atividades conseguiram dar resposta. Estou a falar dos serviços de saúde, da produção primária, nomeadamente, o ramo da alimentação e do ramo da distribuição. Uma coisa para mim é certa, depois do que já evidenciamos nada mais ficará como antes.

Como todos os presentes sabem, a minha maneira de estar na vida é em primeira mão e de sempre, numa forma construtiva, assim pensando no futuro, julgo que muito há a fazer. Hoje sabemos que não se trata de uma ameaça, mas sim de uma realidade, só vejo um caminho, apoiar com todos os meios que estão ao nosso alcance de quem chegou até aqui e se sente com forças para detalhar novos caminhos.

Na Educação já mostramos que quando não é possível o desejável, podemos encontrar outras formas de minimizar efeitos tão negativos de uma catástrofe como esta. O que seria dos nossos alunos se ficassem desde março até setembro fechados em casa sem qualquer tipo de apoio, ou acompanhamento?

Chegou o momento de repensar esta matéria, nova realidade particularmente a década que se segue. Precisamos de unir esforços em conjunto e tudo fazermos para minimizarmos os efeitos desta pandemia. Se nada fizermos, ninguém nos vai perdoar. A realidade é esta e precisa de medidas a curto, médio e longo prazo. Da nossa parte estamos disponíveis para ajudar a encontrar as novas soluções. Se quiserem podem contar connosco e cá estaremos.

**Leopoldo Martins Rodrigues (Presidente da Junta de Freguesia de Castelo Branco)** – Em primeiro lugar, queria solidarizar-me com as intervenções que aqui foram feitas em que se valorizou o número significativo de profissionais durante a Pandemia do Covid-19. Foi também referido o papel da Câmara Municipal com cerca de um milhão e quinhentos mil euros de apoio a diferentes medidas, é um apoio extremamente importante para que no nosso concelho tenhamos ultrapassado pelo menos até ao presente com o sucesso que todos conhecemos nesta fase tão difícil da nossa vida e da vida da nossa comunidade.



27

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Queria referir entre outros, aquilo que é o apoio dos consumos de água. Diz o Executivo que na fatura da água esse valor ronda os quatrocentos mil euros. Aparentemente é pouco, mas para uma autarquia com a dimensão e com a saúde económica de Castelo Branco é um esforço que não é de todo despendido.

Queria também deixar uma palavra àqueles que estiveram em maior proximidade no combate à Pandemia Covid-19. Já foram referidos e já me solidarizei com os profissionais de saúde, trabalhadores da distribuição e dos serviços.

Não podia deixar de dar aqui uma palavra aos autarcas e também aos Presidentes de Freguesias, membros dos executivos, diferentes membros de assembleias que colaboraram de forma empenhada junto das populações no sentido de as alertar para os perigos e muitas vezes fazendo eles o trabalho de distribuição de bens para proteção e estando sempre presentes junto dessas mesmas populações.

Falava aqui o Deputado José Alberto, da Educação, se há alguém a quem devemos valorizar são os professores pelo enorme trabalho que fizeram durante o terceiro período letivo, nas suas casas, reinventando a forma de lecionar, usando os seus equipamentos presentes quase vinte e quatro horas por dia. Os professores mantiveram o acompanhamento aos seus alunos, permitiram que esses alunos continuassem a aprender, estivessem preparados para prestar provas e transitar para o próximo ano letivo.

São apenas alguns dos exemplos daquilo que foi feito, da forma como foi feito e do enorme empenho da nossa sociedade para ultrapassar as nossas dificuldades.

Queria também fazer uma breve referência às primeiras palavras que ouvimos nesta sessão da Assembleia Municipal. Voltamos a ter palavras de ataque, palavras de ataque pessoal e dirigidas dessa mesma maneira, mas, não ouvimos aqui falar da obra e a obra é o essencial. Castelo Branco está hoje, entre as cidades de excelência, entre os concelhos de excelência e entre as regiões de excelência do nosso país.





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

A Christelle falou do muito que tem sido feito. A Milola falou do muito que tem sido feito e o Francisco também falou, mas depois temos uma outra parte que só vê as pequenas coisas, que só vê problemas e nunca é capaz de valorizar aquilo que é verdadeiramente importante.

Castelo Branco ao longo dos últimos vinte anos mudou, transformou-se e modernizou-se. Modernizou-se a todos os níveis, ao nível das infraestruturas, ao nível do tecido empresarial, ao nível das condições e da forma como as empresas desenvolvem a sua atividade, ao nível daquilo que são os espaços públicos, os espaços de lazer e os espaços sociais. Temos neste momento a decorrer e em fase adiantada em alguns casos, obras que serão marcantes para Castelo Branco e para o futuro da nossa cidade e refiro-me mais concretamente ao Parque do Barrocal, à Quinta do Moinho Velho, à intervenção que está em fase adiantada na Zona da Cruz de Montalvão. São apenas três exemplos das obras que decorrem na sede do nosso concelho e podia muito bem referir o enorme investimento que tem sido feito ao longo destes anos nas freguesias de Castelo Branco. Nunca como hoje, se investiu tanto nas freguesias. Nunca como hoje, houve um esforço tão importante, tão continuado e tão sustentado no desenvolvimento das nossas freguesias, isto obviamente tem um objetivo, o objetivo da coesão territorial, o objetivo de criar condições para que todos possam ver onde querem viver, da forma que queiram viver e, sobretudo, não abandonando as suas terras e os seus locais de origem. E é isto que importa valorizar e é isto que certamente conta para o futuro.

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Luís Correia, acredito que a história lhe será justa. Acredito de depois da bruma dos dias, depois de tudo aquilo que está em curso e quando se fizer a história, quando nos debruçarmos sobre o período de desenvolvimento que protagonizou os historiadores, a história, o passado e o futuro, lhe darão razão.

**Jorge Manuel Vieira Neves (PS)** – Falo de uma forma pragmática de um assunto que já foi trazido aqui hoje e que diz respeito aos WC na zona dos viveiros municipais.

Pragmaticamente, dizer-vos que é às vezes lamentável que se façam algumas afirmações com certezas absolutas sem se perceber muito bem qual é o enquadramento das situações.





4

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Em 2016 residiam na zona dos Viveiros Municipais 11 famílias em condições de particular vulnerabilidade, famílias de étnia cigana, 90 pessoas em situação de pobreza e exclusão social.

Pergunto aos especialistas na matéria, qual era a solução a não ser aquela que a Câmara Municipal avançou? Ou seja, a disponibilização de dois WC com duche a estas famílias. É evidente, é claro que havia condicionalismos urbanísticos que impediam a construção de WC definitivos naquela zona e, portanto, esta é uma questão fundamental. E para aqueles que às vezes acusam, há decisões que se têm que tomar sem olhar para os constrangimentos, é bom que também se perceba essa situação. É evidente que a Câmara Municipal não tem WC, é evidente que a Câmara teve que fazer um concurso e fez esse concurso e consultou três empresas e adjudicou à empresa que apresentou o preço mais barato. Portanto, a situação pura e simplesmente é essa. Pergunto, o que é que queriam que se fizesse? Era não haver casas de banho, nem duches?

Era alterar o PDM para que aquela zona que tem parte na RAN se fizesse? Se calhar a esta hora ainda estávamos à espera e que ao fim de quatro anos aquelas famílias que lá vivem pura e simplesmente é que não tinham as mínimas condições de habitabilidade e, portanto, às vezes é importante que percebam estas coisas e na política não pode valer tudo, não pode acusar as outras pessoas de determinado tipo de situações e não perceber exatamente aquilo que está em jogo.

**Nuno Duarte Mimoso Figuinha (PSD)** – Senhor Deputado Jorge Neves, ninguém acusou da necessidade ou não dos WC lá estarem. Não foi nada disso que eu disse. Tal como também o Senhor disse, fez-se um concurso, acontece que dei o exemplo de quatro anos e nesses quatro anos, dois deles foram por ajuste direto e dois por consulta prévia, ninguém põe em causa a necessidade. O que se põe em causa é, justifica-se ao fim de quatro anos, ainda se estar a fazer aquele investimento em vez de arranjar uma solução definitiva.

**Jorge Manuel Vieira Neves (PS)** – Só para lhe dizer que aquela situação é provisória. Não é para construção definitiva coisa nenhuma. Não havia necessidade de estar ali a construir uma casa de banho que pela informação que tenho à data de hoje, o processo de integração social das pessoas que residem naquele espaço, está perto do fim. Portanto, aquilo não podia ser uma situação



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

definitiva. É uma questão provisória e, porventura, para quem decidiu, achou que esta era a melhor forma e a melhor solução.

**Maria Hortense Nunes Martins (PS)** – Gostaria de dizer que vivemos numa época excecional de pandemia e temos que saber relevar também o que é feito de bom e isso vive-se no nosso país na resposta a este desafio, mas também aqui na nossa região e no nosso concelho. Portanto, saudando todos o que contribuíram para isso, gostaria de dizer que foi porque temos um Serviço Nacional de Saúde como também já aqui foi dito por outras bancadas que dá a resposta devida e que temos que continuar a reforçar que foi possível também responder da melhor forma, o que vimos que não foi feito igualmente em todo o país e, portanto isto foi extremamente importante. Também a articulação com as autarquias, com o Poder Local, com a ULS e com o próprio IFP.

E, depois gostaria ainda, por último, de referir que o Orçamento de Estado foi também suplementado, fez um reforço de mais de novecentos milhões de euros para fazer face a isso, juntando aos mais quinhentos e quarenta milhões de euros que tinham sido do orçamento inicial, mas gostaria de referir a situação da Educação.

Na questão da Educação, também há uma diferença fundamental, o apoio que foi feito pela autarquia com o fornecimento de computadores a quinhentas crianças, é extremamente valioso numa questão que julgamos que é assim em todo o lado, mas a verdade, é que os professores também tiveram um papel de apoio às nossas crianças e isso não acontece nos países mais desenvolvidos como a Holanda, onde os meninos são deixados com computador, mas ninguém lhes presta a atenção no seguimento.

É bom fazer política em termos de serviço público e contra a maledicência e contra os casos, fica com quem faz esse tipo de política e eu não estou cá para isso.

**Miguel Gregório Barroso (PSD)** - Vivemos, em Castelo Branco, um momento de suspensão da normalidade. Tudo aquilo que imaginávamos ser impossível ou improvável ganhou forma:

- 21 Maio 2018, Jornal Público - Câmara adjudicou mais de uma dúzia de contratos a empresas da família do seu presidente;



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

- 10 Julho 2018, Jornal Económico - Justiça investiga atual e anterior Presidentes da Câmara de Castelo Branco;

- 21 Setembro 2018, Jornal Público - MP propõe perda de mandato do Presidente da Câmara de Castelo Branco;

- 1 Abril de 2019, Jornal Observador - Autarcas criam ONG fantasma para receberem subsídios;

- 10 Junho 2019, Jornal Observador - Presidente da Câmara de Castelo Branco notificado da perda de mandato;

- 13 Outubro 2019, Jornal Observador - Tribunal Central confirma: Autarca de Castelo Branco vai mesmo perder o mandato;

- 27 Abril 2020, Jornal Observador - Supremo Tribunal Administrativo confirma perda de mandato do presidente da Câmara de Castelo Branco;

- 25 Maio 2020, Jornal do Fundão - DIAP acusa Luís Correia de dois crimes de prevaricação;

- 29 maio 2020, RTP - Sexta à 9 - Aperta-se o cerco ao autarca de Castelo Branco;

1 Junho 2020, Jornal Polígrafo - Câmara de Castelo Branco celebrou contratos de 700 mil euros para organizar festas que não se podem realizar;

- 4 Junho 2020, Jornal Reconquista - MP está a investigar os contratos da Câmara com a VTE;

- 25 Junho 2020, Jornal Reconquista - Município terá gasto 132 mil euros numa casa de banho;

A lista é exaustiva e muitos mais exemplos se poderiam recolher.

Estes acontecimentos retratam a teia de interesses e promiscuidades instalada pelo Partido Socialista em Castelo Branco. Retratam a incapacidade dos atuais dirigentes políticos na resolução dos reais problemas das pessoas. Retratam o poder baseado nos interesses pessoais,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

partidários e corporativos, contra o interesse da comunidade. Retratam o que de pior há na política.

Quem tem os pés assentes na terra e ouve o Dr. Luís Correia afirmar que tem a convicção de que nada fez que pudesse manchar o seu desempenho público fica, no mínimo, chocado.

De resto, nada sério poderíamos esperar de quem, perante tamanhos escândalos, não teve a humildade de suspender o mandato, preferindo perpetuar-se no poder. Com o tempo, vamos percebendo as razões desse apego.

Declarações que fazem parte de uma defesa baseada no ataque: a jornalistas, à oposição, a uma parte do Partido Socialista, aos serviços da própria Câmara Municipal. Todos são responsáveis por tudo, só o Dr. Luís Correia não tem culpa de nada.

Para a história nunca ficarão aqueles que só assumem protagonismo quando as notícias são simpáticas e que quando são cometidos erros grosseiros trocam a liderança pela irresponsabilidade.

A Justiça tem cumprido o seu papel. Pelo contrário, o Dr. Luís Correia e o Partido Socialista não souberam, no devido tempo, fazer o juízo político dos seus atos. Desrespeitaram todos os albicastrenses e a eles cabe, em breve, decidir o futuro do nosso município.

**Presidente da Assembleia Municipal** – Vou passar a palavra ao Senhor José Ribeiro do BE, para apresentação da Recomendação:

### **Recomendação (BE)**

#### **Atribuição Automática da Tarifa Social da Água e Resíduos**

- i) Perante a crise pandémica da Covid-19, quem vive e trabalha no município de Castelo Branco está a responder positivamente e a adaptar os seus comportamentos a esta nova realidade;**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

- ii) **As pessoas compreendem a importância de alterar os seus hábitos e proteger a comunidade da ameaça que hoje frequentamos no Concelho, em Portugal e no mundo;**
- iii) **São muitas as mudanças e as incertezas que se levantam nas variadas áreas no que diz respeito aos direitos, garantias e proteção, sendo, neste contexto, a primeira responsabilidade das autarquias a de responder a quem está mais vulnerável e viu os seus rendimentos reduzidos;**
- iv) **O papel da Câmara Municipal passa pelo esforço de coordenação e mobilização no combate à pandemia, assim como pela criação de uma primeira linha de respostas fundamentais;**
- v) **Muitas famílias se encontram em situação de carência económica, provocada ou agravada pelos efeitos económicos e sociais da Pandemia Covis-19 que ainda vivemos, situação que faz com muitas delas tenham dificuldades em cumprir o pagamento das despesas fixas, entre elas a fatura de água;**
- vi) **A instituição de uma Tarifa Social da Água, Saneamento e Resíduos foi uma medida importante para muitas famílias carenciadas do concelho isentando-as do pagamento de tarifas fixas (exceto resíduos);**
- vii) **Contudo, a aplicação desta tarifa social ainda é dependente de um moroso e complexo processo burocrático, dependente da iniciativa dos consumidores, fazendo com que o número de beneficiários seja manifestamente inferior ao universo potencial de pessoas singulares e agregados familiares elegíveis para esta tarifa de valor reduzido;**
- viii) **Está disponível através da Direção Geral da Administração Local a adesão ao mecanismo público da Plataforma de Interoperabilidade que permite a aplicação automática do desconto da tarifa social nas faturas de todos os agregados com vulnerabilidade económica identificados no Município com base nos dados da**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

**Autoridade Tributária e da Segurança Social, tal como já sucede na atribuição da tarifa social da energia;**

- ix) A entidade reguladora dos setores da água e resíduos (ERSAR) já em 2018, em recomendação aos Municípios, realçou a clara vantagem, para as partes envolvidas, da atribuição da tarifa social a todos os consumidores elegíveis nos termos legalmente definidos, e que correspondem a pessoas singulares que se encontrem em situação de carência económica, tomando por referência, nomeadamente: i) serem beneficiários do complemento solidário para idosos, do rendimento social de inserção, do subsídio social de desemprego, do abono de família, da pensão de invalidez, da pensão social de velhice ou ii) pertencerem a um agregado familiar que tenha um rendimento anual igual ou inferior de 5 808 euros, acrescido de 50% por cada elemento do agregado familiar que não aufera qualquer rendimento, até ao máximo de 10;**
- x) Nota ainda a ERSAR que, uma uma vez que o regime de tarifa social aprovado em 2017 apenas incide sobre o serviço de abastecimento público de água e de saneamento de águas residuais urbanas, e sendo também a gestão de resíduos urbanos um serviço público essencial, a ERSAR considera que dever-se-ão aplicar as mesmas regras em matéria de tarifa social, em particular no que respeita ao universo de utilizadores elegíveis;**
- xi) O Decreto-Lei nº. 147/2017 estabeleceu o regime de atribuição de tarifa social, a atribuir pelo Município territorial competente e a aplicar a clientes finais do fornecimento dos serviços de águas. O referido decreto possibilita que a atribuição desta tarifa se proceda de forma automática, não carecendo de pedido ou requerimento. Para esse efeito, os Municípios obtêm a informação sobre a agilidade dos potenciais beneficiários, mediante o número de identificação fiscal do titular do contrato e do código do local de consumo, através da DGAL, que para este efeito consulta os serviços competentes da Segurança Social e da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT);**





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

- xii) **A automatização da Tarifa Social da Água poderá beneficiar de 4.774 agregados familiares do Concelho de Castelo Branco;**

**Assim, a Assembleia Municipal de Castelo Branco, reunida a 29 de Junho de 2020, ao abrigo do artigo 25º. N.º. 2, alíneas j) e k) do Anexo I da lei n.º. 75/2013, de 12 de setembro, delibera:**

- **Propor à Câmara Municipal de Castelo Branco que delibere tornar a atribuição da Tarifa Social da Água automática através dos mecanismos previstos para o efeito, dispensando a apresentação de requerimento, nos termos do Decreto-lei n.º. 147/2017.**

**Leopoldo Martins Rodrigues (PS)** – Estamos genericamente de acordo com a Recomendação apresentada pelo BE, no entanto, temos aqui uma dúvida de carácter prático e de aplicação da mesma, portanto gostaríamos de perguntar isto à câmara, se esta aplicação automática é possível porque obviamente isso carece de confirmação junto das condições que as pessoas têm e tem que ser feito suponho eu, através do interfasse com a Segurança Social. Se for possível validar isso, votaremos favoravelmente. Se não for possível nesta fase não o poderemos fazer.

**Presidente da Câmara Municipal** -Aquilo que sei é que depende do valor do rendimento de cada um que muda anualmente e depende também da informação que nunca até hoje nos chegou para podermos tornar isto tão fácil como aqui está.

É uma decisão que é difícil de concretizar e que para controlar todas estas situações, uma coisa que depende dos rendimentos de cada pessoa, estão a ver o que está aqui em causa.

**José Manuel Pires Ribeiro (BE)** – Eu sinceramente fiquei totalmente surpreendido com estas explicações porque tive o cuidado de ler o Decreto-Lei do PS, tive o cuidado de vos enumerar alguns pontos da Entidade Reguladora. Então só pergunto, como é atribuída a tarifa social da energia, essas quatro mil e setecentas e setenta e quatro cidadão do concelho de Castelo Branco? É através das Finanças. É fácil. Os rendimentos que estão declarados.





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

A Recomendação é para a Câmara utilizar esse sistema que é muito mais prático e mais importante, em vez de abranger quatrocentas e quarenta pessoas, abrange quatro mil setecentas e setenta e quatro cidadãos do nosso concelho.

### **Votação**

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 21 votos contra, 4 abstenções e 8 votos a favor, rejeitar a referida Recomendação.

### **DECLARAÇÃO DE VOTO**

**José Manuel Pires Ribeiro (BE)** – Há momentos na nossa vida em que não podemos ficar calados. A Câmara Municipal tem apregoado o combate às desigualdades, na defesa da coesão social. Em concreto, a medida agora rejeitada, teria uma abrangência de enorme impacto social no concelho, passando a tarifa social da água a ser aplicada a 4.774 cidadãos e não a 440, como se regista na atualidade.

**Leopoldo Martins Rodrigues (PS)** - A minha declaração de voto vai no sentido de reafirmar aquilo que já foi dito antes. Quando for possível verificar se os cidadãos reúnem as condições para não terem que fazer o requerimento, aprovaremos favoravelmente esta recomendação.

**Presidente da Câmara Municipal** – Evidentemente que isto altera as tarifas fixas, isto não é aconselhável. Temos que deixar a confiança na Câmara Municipal que irá procurar ultrapassar estas questões práticas e administrativas que estão em causa.

**Presidente da Assembleia Municipal** – Vamos então passar à apresentação da Moção subscrita por um conjunto de Deputados e peço ao Deputado Francisco Pombo Lopes que faça essa apresentação:

### **MOÇÃO (PS)**

#### **“Central Nuclear de Almaraz”**

A Central Nuclear de Almaraz, encontra-se em operação desde 1981, a 110 quilómetros em linha reta da fronteira portuguesa, junto ao rio Tejo e faz fronteira com os distritos portugueses de Castelo Branco e Portalegre.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

O fecho da central tem vindo a ser prorrogado, tendo o Conselho de Segurança Nuclear espanhol autorizado este ano o funcionamento de Almaraz até outubro de 2028, cabendo a autorização definitiva ao Governo espanhol.

A central nuclear de Almaraz, em Espanha, registou nos últimos cinco dias dois incidentes.

Já anteriormente a Assembleia de Castelo Branco se manifestou pelo encerramento da Central Nuclear, designadamente em 2016.

A Central representa um risco para o meio ambiente e para todos os cidadãos.

Assim, todos os Grupos Municipais propõem que a Assembleia Municipal de Castelo Branco, reunida em 29 de junho de 2020, delibere:

1. Solicitar ao Governo português todas as iniciativas necessárias junto do Estado espanhol e das instituições europeias no sentido do encerramento definitivo daquela central nuclear, não sendo autorizada nova prorrogação do seu prazo de funcionamento.

2. Remeter a presente moção para: Primeiro-ministro, Presidente da Assembleia da República e Grupos Parlamentares.

### Votação

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida moção.

## II - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

**Ponto 1 - Aprovação das atas nºs 7 e 1, referente à sessão de 23 de dezembro de 2019 e 19 de fevereiro de 2020.**

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprovar as atas nº. 7 e 1, referentes às Sessões de 23/12/2019 e 19/02/2020.

**Ponto 2 - Apreciar uma informação do Presidente da Câmara sobre a atividade municipal e situação financeira do Município.**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

**Presidente da Câmara** – A todos muito bom dia, nesta que é a Assembleia Municipal que realizamos depois de tudo aquilo que foi esta pandemia e que nos obrigou a estar confinados e que nos obrigou inclusivamente a reduzir aquilo que foi e tem sido, aliás a nossa dinâmica, enquanto município. Uma dinâmica que muito nos orgulha, uma dinâmica que sobretudo, fala por si e por tudo aquilo que é o trabalho albicastrense.

Quero começar por referir os casos que têm aqui trazido a lume nos últimos tempos através da comunicação social e esclarecer bem que isto não passa de uma forma de fugir das responsabilidades, uma forma de esconder aquilo que tem sido o trabalho, o atirar areia para os olhos das pessoas, mas as pessoas não se deixarão enganar com esta forma de atuar.

Em primeiro lugar, quero dizer que um contrato que é recorrentemente da boa atuação pública, um contrato para a gestão de eventos a nível do ano inteiro, um concurso público internacional, consegue-se tão facilmente procurar denegrir e criar suspeitas sobre um contrato destes.

Quero dizer e afirmar aqui publicamente que o contrato destes eventos decorreu de um concurso público internacional, onde qualquer empresa a nível europeia podia concorrer, fosse ela qual fosse poderia concorrer a este concurso. E como é que depois se transforma, levantando uma mera suspeita sobre a possível contratação da empresa, transformaram isto numa má prática de contratação, pedimos meças relativamente a esta matéria porque soubemos fazer o planeamento dos eventos a nível do ano e conseguimos efetivamente fazer dessa forma um concurso público internacional que é um procedimento concursal que não deixa dúvidas a ninguém quanto a estas questões. E, mais afirmo aqui de uma vez por todas que sim, encerramos o procedimento, fizemos o contrato porque em primeiro lugar não viramos as costas às populações e nem viramos costas àquilo que é o trabalho que queremos fazer em prol do nosso concelho. Sim, não encerramos e chegamos até ao contrato porque foi dada garantia por parte dos serviços que continuam a afirmar isso de que não temos que pagar aquilo que não é feito, mas o reagendamento dos eventos poderia ser feito.

E, portanto, de uma vez por todas, quero deixar este esclarecimento, não houve nenhum evento até hoje. Até hoje nenhum trabalho foi pago, relativamente a esse evento e,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

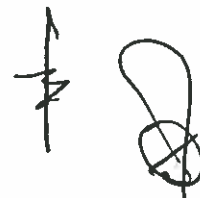
definitivamente, esperamos o tempo que for necessário para mostrar a quem anda a tentar denegrir estas coisas de que efetivamente não pagamos nada que não tenha sido concretizado. Garantia dada pelos serviços, garantia dada pela boa prática da contratação pública que felizmente o concelho de Castelo Branco tem tido.

Passamos agora à atuação da oposição.

Polis de Castelo Branco, depois de ter sido encerrado um relatório, consegue-se, com frases que estão no relatório e contas, denegrir algo que estava em causa. Publicam frases de propósito que ficam a meio para procurar denegrir. Não é sério e demonstra também a situação que se está a passar, um exemplo de baixa política.

Mais, casas de banho, quero lembrar que o problema, relativamente a esta matéria tem a ver com o problema social que existia que começa num problema social que existia no Bairro do Ribeiro das Perdizes, onde havia cerca de vinte famílias carenciadas que muito estavam a prejudicar aquele Bairro. Temos um problema resolvido a seu tempo e quem não tem memória, recorde que foram dez famílias que estiveram junto ao Parque de Desportos Motorizados, em Barracas que os tivemos de deixar lá estar e foram outras dez famílias que tivemos de as deixar ficar nos Viveiros da Câmara Municipal de Castelo Branco. Pois bem, situação provisória porque era preciso resolver o problema a estas vinte famílias. Destas vinte famílias, dez estavam junto aos desportos motorizados que já não estão lá. Das dez que estavam e foram deixadas instalar nos Viveiros de Castelo Branco, restam três famílias que ainda estão por resolver. Só quem não sabe, quem não passa, não trabalha no terreno e no dia a dia na rua, resolução de problemas como estes é que não sabe quanto é que isto custa e como é difícil de resolver. Não é com o estalar de dedos que se resolve o problema de famílias como estas que estamos a falar.

Evidentemente que era uma situação provisória. Evidentemente que sendo uma solução provisória, não podemos dar passos no sentido de tornar aquilo definitivo, era um erro, a forma como queríamos resolver o assunto. E, portanto, de uma situação provisória se dessemos um passo definitivo na resolução deste problema, então tínhamos que dar outros passos que transformavam aquela situação em definitiva. Se fizéssemos estas casas de banho, porque é que não fazíamos as casas às pessoas das famílias que viviam naquele sítio? Violava-se o PDM. E,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

portanto, se dessemos passos definitivos nesta matéria estávamos a tornar um assunto que era provisório num definitivo e penso que ninguém quereria resolver desta forma este problema que tínhamos ali em mão. E mais, já que fazem tanta comparação, em termos de gestão, já que é considerado um erro, estamos ainda hoje à espera que tragam a empresa que possa fazer mais barato. Aceitamos e cá estaremos para dar a mão à palmatória e venha lá a empresa para fazer mais barato. Agora é preciso ser sério e não comparar “alhos com bugalhos” porque o que está ali a ser feito é uma solução digna, provisória para resolver o problema àquelas famílias e não é a mera construção de uma casa de banho. O que está ali a ser feito e o que está a ser contratado é o aluguer de uma casa de banho, com serviço de limpeza e com a manutenção de toda essa casa de banho. E, portanto, comparar “alhos com bugalhos” é atirar areia para os olhos das pessoas porque aquilo que lá está não é a mera construção de uma casa de banho que até em termos de gestão urbanística não é possível fazê-lo. E, mais, até chegaram ao ponto de se propor e de se falar “bom se não se pode construir, altere-se o PDM” para resolver o problema de uma casa de banho. Chegamos ao vale tudo porque não há outra estratégia possível para combater esta Câmara Municipal se não expedientes destes. Chegamos ao vale tudo quando não temos argumentos nem capacidade de propor alternativas construtivas, relativamente àquilo que tem sido feito.

Vale tudo até quando se diz que foram contratadas quatro pessoas para o Gabinete de Comunicação. De uma vez por todas não foram contratadas quatro pessoas para o Gabinete de Comunicação, foi alterado o Mapa de Pessoal que permite essa contratação, mas até hoje nem sequer os concursos foram abertos e isso demonstra mais uma vez aquilo que é capacidade de atirar areia para os olhos das pessoas.

Efetivamente aquilo que está em causa é que perceberam que não era através de uma política construtiva que podiam chegar lá, como não conseguiam, nem tinham essa capacidade de o fazer, vamos seguir uma estratégia que vá denegrir a ação do Presidente da Câmara e o trabalho que foi feito, esquecendo e procurando e nem debatendo que é o mais importante que é a estratégia de concretização que estamos a fazer ao nível do concelho de Castelo Branco, esquecendo e procurando falar sobre o dinamismo que está a ser feito no nosso Município quando vamos a todas as áreas e onde temos uma forte intervenção nas áreas todas, felizmente porque só assim conseguimos ter uma verdadeira estratégia de desenvolvimento para o concelho. Pois, bem, sobre



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

isso, oiço zero, a não ser umas medidas desgarradas que às vezes procuram fazer com alguma demagogia. Quando não se consegue seguir uma estratégia construtiva que proponha, quando não se consegue ter alternativa, quando na verdade aquilo que está a ser implementado é forte de mais, então vamos para a baixa política e vamos para aquilo que é denegrir a ação dos que estão a trabalhar porque só assim é que eventualmente lá conseguiremos chegar e é aquilo que temos estado a fazer aqui em Castelo Branco que infelizmente nunca chegamos a este nível de política.

Infelizmente posso, desde logo, assumir a situação de justiça, também um dia falaremos disso, assumi desde início, em nome de todo o trabalho que tem sido feito, em defesa do meu bom nome, estarei sempre até ao fim à procura de justiça.

Fico satisfeito quando enumeram as situações de imprensa ao longo dos tempos, no final destas denúncias e de tudo aquilo que têm sido casos criados, pois chegamos ao final destes anos todos e a única coisa que me acusam, efetivamente, é ter assinado papeis que não podia ter assinado.

E, portanto, tenho a consciência tranquila do trabalho feito e consciência tranquila daquilo que tenho feito em nome e em prol de todos os albicastrenses e que mais não seja depois de todas estas denúncias, só sou acusado, de facto, de ter assinado aquilo que não poderia ter assinado. Não tirei benefício, nem dei benefício a ninguém, nem ninguém até hoje vai conseguir mostrar que prejudiquei o erário público e por isso tenho a consciência tranquila para ir até ao fim naquilo que é a justiça enquanto puder cá andar.

Aliás, como é natural e como muita gente aqui me vem criticar, provavelmente, já teve situações destas e que também foi até ao final na questão da justiça.

Quero dizer que tudo isto não apaga o trabalho que temos feito. Posso dizer que a estratégia que está a ser implementada muito nos orgulha porque vemos cada vez mais a qualidade de vida no nosso concelho, na cidade e em todas as freguesias do concelho, sempre numa perspetiva de coesão territorial. E falo aqui em alguns investimentos que temos feito, e não são investimentos pequeninos, são investimentos fortes que transformam o nosso concelho: a requalificação do Bairro do Valongo, as obras estão praticamente prontas e temos estado a transformar aquilo que





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

era um Bairro clandestino, num Bairro com qualidade de vida, com investimento considerável que temos feito não virando a cara às pessoas.

Mais investimento forte, mais do que aquele que fizemos no primeiro mandato no Bairro da Carpalha na sua requalificação. Outro investimento forte que está apenas à espera do visto do Tribunal de Contas, na Quinta Pires Marques e mais um investimento forte que vamos lançar no Bairro da Boa Esperança em termos de requalificação urbana.

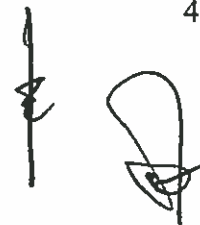
A Alameda do Cansado já foi requalificada, bem como, a Rua Eng.º Duarte Pacheco no seguimento do Bairro do Cansado. Quando ao prolongamento da Rua Egas Moniz, algumas pessoas até disseram que não era necessário, mas agora está ao serviço das populações e já toda a gente percebeu, na verdade, que foi um investimento bom e positivo. A ligação à Zona Industrial que depois de uns percalços administrativos está neste momento em obra e, portanto, vamos terminar com a Avenida do Empresário com a sua ligação à Zona Industrial, dotando mais um acesso a uma zona da nossa cidade que é importante.

O investimento que estamos a fazer no Parque Urbano da Cruz de Montalvão de três milhões de euros em que a nossa perspetiva é transformar a nossa cidade numa cidade verde, com espaços fortes e grandes que vem dotar a sustentabilidade, qualidade de vida no nosso concelho, mas sobretudo, construir um conjunto de espaços verdes na cidade de Castelo Branco que diferenciará, sem dúvida, nenhuma a nossa cidade.

A Incubadora Industrial, no primeiro momento, aproveitamos um financiamento que muitos não conseguiram e que é uma obra de mais de um milhão de euros e, brevemente estará pronta a ser inaugurada.

Aquilo que tem sido a dinâmica do CEI, a criação dos postos de trabalho que temos tido, também já falei do empreendedorismo que temos feito aqui.

A Obra do Moinho Velho, um investimento superior a dois milhões de euros que estamos a fazer e a concretizar mais um espaço verde, a requalificar a nossa cidade, a abrir ruas, tal como a Tapada dos Codeços que era uma rua sem saída e que agora vai ficar com a rua feita.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

A Pista de Karting, mais um investimento considerável em nome da nossa economia, do nosso turismo, daquilo que também é o desporto automóvel que tem sido algo forte no nosso concelho e que é mais uma infraestrutura que estamos a construir para continuarmos fortes e colocar este serviço da dinâmica social e, inclusivamente, também da dinâmica automóvel através do seu turismo.

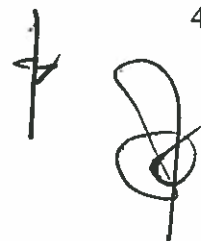
E, portanto, neste espaço de tempo, os investimentos que este Município tem feito, quero dizer que passamos há muito tempo, tudo aquilo que são investimentos em infraestruturas básicas para investimentos que vão muito além disso, da nossa modernidade, do nosso desenvolvimento e do nosso futuro.

Muitos diziam que não havia postos de trabalho criados, pois é, não convém falar nos últimos anos. Não estamos a falar na criação de postos de trabalho indiretos, mas no investimento direto da Câmara Municipal de ter criado cerca de novecentos postos de trabalho. Conseguimos trazer uma multinacional para Castelo Branco, uma ITCenter, uma Albatroz. Tivemos a capacidade de fazer um investimento superior a um milhão e meio para que fossem criados mais duzentos postos de trabalho na SIBS, etc.

Quero referir o seguinte, orgulhamo-nos, apesar de todo este investimento considerável e importante, também de ter sido a nossa prioridade o investimento nas nossas freguesias do nosso concelho porque não viramos costas àquilo que são as nossas aldeias e as nossas vilas. Não viramos costas, somos ímpares nesta matéria do investimento nas nossas freguesias, na requalificação das nossas freguesias e procurando dotá-las de condições de vida cada vez mais positivas.

Podia aqui enumerar um conjunto de investimentos que estamos a fazer nas freguesias que nos deixam orgulhosos e qualquer pessoa que seja séria verá que somos ímpares nesta matéria.

O investimento não só no material, mas naquilo que é o imaterial que temos feito, ímpares no investimento que fizemos na cultura, onde definimos a política da cultura como uma forma de transformarmos a nossa comunidade, desenvolvermos a nossa comunidade e também a cultura ao nível daquilo que é a sua educação, daquilo que é a cultura ao serviço do desenvolvimento



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

económico que temos felizmente conseguido impor e aquilo que é a cultura como dinamização social do nosso concelho.

Também ao serviço daqueles que mais crescem e posto a cultura ao serviço das nossas freguesias, aqui um investimento considerável, seria muito mais fácil apostar na política cultural na cidade.

Quero dizer mais, recordar o que não foi feito por alguma razão, não foi dito, hoje, aqui, por alguma razão e permitam-me falar naquilo que é a participação da Viola Beiroa nas Sete Maravilhas da Cultura e do S. João Batista de Monforte da Beira. Infelizmente as danças da Lousa não chegaram a este ponto, mas é sem dúvida a demonstração daquilo que temos feito e incrementado em termos culturais. Penso que o concelho de Castelo Branco está de parabéns com esta realidade.

De uma vez por todas, quero dizer o seguinte, não gastamos dinheiro em festas. Nós investimos em eventos em todo o nosso concelho. São eventos numa perspetiva económica, onde permite aos pequenos produtores escoarem os seus produtos. Onde permite outros pequenos produtores económicos, nomeadamente, até na área do artesanato aparecer e ter a oportunidade do seu negócio. São eventos que mantêm a perspetiva cultural porque ali fazemos cultura e desenvolvemos a nossa cultura, valorizamos o património das nossas freguesias, até porque há eventos destes que têm como principal objetivo aquilo que é o património cultural de algumas das nossas freguesias. E, portanto, de uma vez por todas, deixo aqui o repto daqueles que procuram falar em festas, procurando denegrir estes eventos e alguns efetivamente andam a dizer que estão contra estes eventos porque é um investimento considerável da Câmara Municipal.

Até porque depois não venham procurar denegrir estes eventos pelo valor que é investido pela Câmara Municipal. Sim, a Câmara Municipal investe conscientemente numa verba considerável nestes eventos porque sabemos o que representam nas nossas freguesias e no nosso concelho. Representam a dinamização social do nosso concelho e de Coesão Territorial. Sabemos muito bem que alguns vêm a estes eventos apenas para chegar lá e procurar mostrarem-se, mas nós vemos muito bem o impacto que estes eventos têm nas nossas freguesias e nas nossas populações.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

E dizer mais, orgulhamo-nos de conseguir fazer tudo isto e numa forma muito resumida que aqui apresentei.

Também cá estaremos de forma ímpar em situações excecionais e extraordinárias porque temos capacidade de fazer este investimento e ter uma estratégia para o nosso desenvolvimento do nosso concelho e fazermos uma boa gestão daquilo que são os nossos recursos quando nos aparece um problema como foi a pandemia, tivemos a capacidade de investir um milhão e meio de euros na mitigação deste problema.

Quero ainda dizer o seguinte, investimos um milhão e meio na aquisição de computadores para os nossos alunos poderem ter oportunidades de continuar o seu percurso escolar. Investimos de duas formas, quer comprando diretamente e rapidamente computadores para os nossos alunos, quer dotando do músculo financeiro os nossos Agrupamentos de Escolas para que pudessem reagir também rapidamente sobre esta questão.

Estivemos presentes naquilo que foi a Saúde e disponibilizamos imediatamente uma verba considerável. Gostava que me dissessem onde é que também puderam ver esta forma de atuar como tivemos na Câmara Municipal? Disponibilizamos duzentos mil euros à ULS para que pudesse adquirir os equipamentos que considerassem necessários para resolverem a questão dos testes, mas também, não só, felizmente, a ULS pudesse juntamente com o Instituto Politécnico de Castelo Branco, através dessas verbas incrementar novas competências na ULS. É o futuro das nossas instituições como é a ULS e como o Instituto Politécnico de Castelo Branco.

Quero dizer que no primeiro momento, apoiamos e demos músculo financeiro às nossas Juntas de Freguesia para que de uma forma mais próxima, as pessoas pudessem resolver aquele problema que são problemas mais prementes das nossas comunidades.

E tivemos esta capacidade, efetivamente porque gerimos muito bem os recursos públicos e os recursos que temos na Câmara Municipal.

Fico-me por aqui, não vou falar do que fizemos junto das instituições de apoio social, não vou falar daquilo que fizemos permanentemente junto de todas as nossas instituições para ultrapassar da melhor forma esta pandemia e penso que é visível também aquilo que fizemos de uma forma



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

ímpar nesta matéria em tempos da Pandemia Covid-19. Foi só um milhão e meio que a Câmara Municipal teve a capacidade de investir também nesta situação.

E quero dizer mais, dissemos sempre que era a redução das tarifas fixas em 50% de água, resíduos e saneamento e vai representar nas contas do Município, quatrocentos mil euros.

E, portanto, termino aqui dizendo, por mais que tentem denegrir o trabalho que vamos fazendo, por mais que tentem fazer ações para que não se fale naquilo que é a verdadeira política, daquilo que estamos a concretizar, o trabalho fala por si, o trabalho está à amostra de todos e muito nos honra.

**Álvaro Manuel Reis Batista (PSD)** – No que diz respeito à atividade municipal no último período, queria começar por louvar a disponibilidade do Senhor Presidente em esclarecer relativamente àquilo que nós Deputados Municipais, consideramos como sendo as principais dúvidas, os principais problemas que existem na atividade do Município.

Pegando na informação que nos foi fornecida, queria começar por perguntar ao Senhor Presidente qual é o enquadramento que nós Deputados Municipais e que as pessoas lá fora devem fazer relativamente à articulação que existe entre o concurso público internacional que o Senhor Presidente nos disse ter sido feito para contratar a VTE – Eventos, para realizar um conjunto de iniciativas, utilizar a sua teologia no concelho de Castelo Branco e a circunstância, depois aparece aqui nesta informação todo um conjunto de adjudicações de outros eventos a outras empresas, fica pouco claro.

Agora se a Câmara, como o Senhor Presidente disse, fez um trabalho de planeamento com o objetivo de incluir num único concurso público internacional, todos os eventos que tinha programados porque é que depois apanhamos aqui a adjudicação por ajuste direto do Bailado do Primo Basílio, a adjudicação por ajuste direto do Concerto de Ana Bacalhau para a Feira do Queijo, a adjudicação por ajuste direto do Concerto do Salvador Sobral, a adjudicação por ajuste direto do Concerto do Toni Carreira, a adjudicação por ajuste direto do Concerto da Aurea, a adjudicação por ajuste direto do Concerto do Fernando Daniel, a adjudicação por ajuste direto do Concerto com o artista Degas e a adjudicação do Concerto com o Grupo Atoa – Evento Festextil,





A handwritten signature in black ink, consisting of several loops and a vertical stroke.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

a adjudicação por ajuste direto do Espetáculo da Cuca Roseta, a adjudicação por ajuste direto do Espetáculos à Janela.

Ora, para nós é estranho e pedia que nos esclarecesse se, porventura, achar oportuno quais foram os critérios de adjudicação do concurso público internacional para o conjunto de eventos que estava previsto porque não basta do nosso ponto de vista dizer que se fez um concurso público internacional para defender a absoluta transparência política. E queria deixar claro que o que está aqui em causa é apenas a vertente política. Não chega falar de um concurso público internacional para falar da transparência política do procedimento, temos que saber se o critério de adjudicação foi um critério objetivo, ou foi um critério subjetivo, isto é se foi simplesmente o preço mais baixo da adjudicação, ou se foi um critério que tinha em consideração fatores subjetivos e em caso de subjetivo, quais foram esses critérios. Depois, a questão que queria colocar porque é que no planeamento que foi feito pela Câmara não se previram logo para este concurso público internacional todos esses eventos. Parece-me que o Município não tinha dúvida alguma que ia fazer a Feira do Queijo, que ia participr na Festextil, ia fazer a Feira dos Sabores e, portanto, para nós é um pouco estranho que se defenda o planeamento, por um lado e depois tenha todo um conjunto de iniciativas desgarradas, digamos assim. E aqui introduzia a segunda questão:

Analisamos a informação da Câmara e verificamos que a esta empresa Festivalando Unipessoal, lda. não foram feitas nem uma, nem duas, nem três adjudicações por ajuste direto, mas sim sete adjudicações por ajuste direto. Estas adjudicações somam um total de cento e vinte mil e setecentos euros e a dúvida que se coloca é esta, se a Câmara além do Concurso Público Internacional que já tinha feito e no qual a vencedora ETV, Eventos, desconhecendo-se o critério de adjudicação teve mais sete contratações da Festivalando, porque é que não fez um concurso público para que estas adjudicações fossem feitas de uma vez só e permitindo assim que houvesse outras empresas a concorrer, o que seria vantajoso pelo menos em termos de transparência, por ventura, também em termos de redução dos valores que estivessem em causa.

Depois queria perguntar ao Senhor Presidente, relativamente à aquisição a esta consulta prévia, a aquisição de plataforma que permita a criação, gestão e publicação de ocorrências e a construção de aplicações e sites sistemáticos foi feita à empresa FBCPS – Busines Consulting and Professional Services, lda., com sede em Lisboa, no valor de quarenta e um mil e quatrocentos





48  
↓  
S

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

euros. Porque não que foram consultadas empresas de Castelo Branco? Em concreto, não havia empresas em Castelo Branco que pudessem prestar esse serviço? Porque foi necessário consultar uma empresa de Lisboa para um serviço que nos parece simples e podia ser prestado por um empresário, ou algum grupo empresarial aqui do nosso concelho, ou pelo menos do nosso Distrito.

Depois relativamente, ao stand para participação no evento de promoção de turísticas do concelho de Castelo Branco, foi feita uma adjudicação também de consulta prévia por quarenta e oito mil, quatrocentos e setenta e cinco mil para uma empresa de Via Longa, Shape- We Gather Ideas, lda., A Câmara parece que tem preferências por denominações em inglês. Este stand para participação em eventos não podia ser adjudicado a uma empresa do nosso concelho, ou pelo menos da nossa região? Quarenta e oito mil euros é muito dinheiro para um stand. Gostaríamos de obter informação da Câmara, relativamente a esta questão.

Depois mais uma adjudicação por ajuste direto, no valor de dezassete mil setecentos e noventa e nove euros, feita a uma empresa do Teixoso, Noberto&Duarte, lda., para limpeza da Ribeira Senhora da Orada, em S. Vicente da Beira. Na nossa perspetiva existem muitas empresas no nosso concelho que poderiam ter prestado este serviço e a Câmara escolheu objetivamente aquela empresa e não consultou pelo menos aparentemente de acordo com aquilo que obriga a lei, mais ninguém. Porque é que foi escolhida esta empresa? Qual foi o critério e porque não foi convidada uma empresa do concelho de Castelo Branco para fazer este trabalho?

A mesma coisa, relativamente à Empresa Figueira de Sousa – Planeamento de Transporte e Mobilidade Unipessoal, Lda., de Linda a Velha, adjudicação por ajuste direto, no valor de dezanove mil euros, para aquisição de serviços de acessória técnica, económica e jurídica, tendente à contratualização do serviço público de transporte de passageiros na área do Município de Castelo Branco, no âmbito do (RJSPTP). É uma acessória técnica, portanto, é uma consultadoria e o que é que esta empresa tem de especial, sendo de Linda a Velha, ter que ser ela a fazer esta consultadoria, esta prestação de serviços? Não havia uma empresa do nosso concelho que pudesse ter prestado o serviço?



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Já agora perguntava-lhe, a Câmara tem ou não tem um ficheiro das empresas do nosso concelho com os serviços, com a descrição dos serviços a quem elas podem prestar?

Sinceramente, olhamos para esta informação e parece-me que a Câmara não sabe as empresas que tem no concelho porque há coisas tão evidentes que podiam ser feitas diretamente aqui por uma empresa mais depressa, com maior proximidade, com maior facilidade de contacto e não percebemos porque é que se vai buscar empresas fora. Podia falar no que diz respeito à Aquisição, por Lotes, de Serviços Especializados, pelo período de 1 ano, de Manutenção e Conservação de Campos Desportivos Municipais – Lote 1 e 2. É uma consulta prévia e foi adjudicada a uma Empresa de Viseu, Hortirelva – Projeção, Construção e Manutenção de Espaços Verdes, Unipessoal, lda., por quarenta mil e duzentos euros. É dinheiro. Não havia empresas em Castelo Branco capazes de fazer estes serviços?

Gostaria de questionar o Senhor Presidente pela consulta prévia à empresa Visualforma – Tecnologias e Informação, S.A. de Faro, para renovação Suporte Veem- 3 anos, no valor de três mil cento e setenta e dois euros.

A mesma coisa Senhor Presidente, relativamente à empresa New Global Ideas, lda. que é da Guarda para uma Campanha de Comunicação dos Produtos Endógenos e o valor da adjudicação foi de dez mil novecentos e setenta e três euros e foi também um ajuste direto. Esta adjudicação parece-nos particularmente complexa porque na nossa perspetiva, se há empresas capazes de divulgar os produtos endógenos, são as empresas da nossa região e não as empresas da Guarda. E, portanto, achavamos que o Senhor Presidente deve-nos a nós e às pessoas lá fora e à comunicação social porque é preciso uma empresa da Guarda para fazer a divulgação dos nossos produtos endógenos?

Mais uma Empresa Aseven – Projetos, Inovação e Desenvolvimento I&D, Lda., que tem a sua sede em Lisboa para a reabilitação e reconversão da Fábrica de Lanifícios para o Edifício Multiusos – Elaboração de Projeto, no valor de sessenta e oito mil euros.

Senhor Presidente, temos muitos gabinetes em Castelo Branco capazes de os fazer, porque é que o Senhor Presidente, o Município escolheu fazer uma consulta prévia e adjudicou a uma



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

empresa de Lisboa? A Câmara Municipal não confia nos seus gabinetes de projetistas? Se confia porque não lhe faz as adjudicações?

**Presidente da Assembleia Municipal** – Senhor Deputado, peço desculpe, existe um tempo limite para interpelar o Senhor Presidente e já ultrapassou não sei quanto tempo.

**Álvaro Manuel Reis Batista (PSD)** – Não sei qual é o tempo limite.

**Presidente da Assembleia Municipal** – São três minutos e já passou quase meia hora.

**Álvaro Manuel Reis Batista (PSD)** – Apenas mais uma questão para terminar. Das dezasseis adjudicações que o Município nos deu nota e estou a falar de transparência na vertente política, dezasseis foram feitas por despacho do Senhor Vice-Presidente e uma por deliberação do Executivo. Nós achamos que era importante que a Câmara particularmente neste momento mais difícil levasse mais coisas ao Executivo, discutisse mais adjudicações e fossem feitas menos por despacho.

**Presidente da Câmara** – Eu até concebia algumas afirmações do Senhor Deputado, mas se não soubesse que a sua profissão é de advogado, ainda mais sabendo que trabalha numa instituição pública e que tem de lidar todos os dias com a contratação pública. Apenas vim aqui para lhe dizer que acho muito estranho, o Senhor fazer aqui uma ação, um comentário político, procure até demonstrar o desconhecimento total daquilo que é a contratação pública quando trabalha todos os dias com isto. E, suponho que saberá todas estas razões.

Penso que na política não vale tudo e sinceramente não vale apenas chegar a este nível.

Só lhe quero dizer duas coisas, informo-o que o Concurso Público Internacional foi com o critério de preço mais baixo.

Segundo, não acredito que o Senhor não saiba o que são ajustes diretos por critérios materiais e não saiba a natureza das contratações quando são diferentes. Contratar tudo o que são tendas, as barracas e contratar um artista é por critérios materiais que tem que ser contratados.

E fico até neste tipo de linguagem que é um critério que com certeza o Senhor Dr. compreenderá.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

**Ponto 3 - Ratificação das “Medidas de Apoio à Comunidade no Âmbito da Pandemia - COVID – 19, deliberadas pela Câmara Municipal que alteraram taxas e licenças, da competência da Assembleia Municipal que a seguir se enumeram”:**

**Presidente de Câmara** – São medidas tomadas no âmbito do Covid-19, foram aprovadas na Câmara Municipal dado o contexto da pandemia que vivemos e da legislação extraordinária que tínhamos nessa altura e tínhamos que trazer à Assembleia para ratificação.

**Eliseu Matos Pereira (PSD)** – Sobre esta questão, queria dizer que o PSD, obviamente, está de acordo com tudo aquilo que foi necessário, no sentido, de apoiarmos toda a comunidade no âmbito desta Pandemia. Apenas quero realçar que mesmo assim se poderá ir mais longe.

Há pouco o Senhor Presidente falou aqui numa série de medidas em várias áreas que a Câmara instalou, mas passou uma mais despercebida que foi a parte do comércio. Eu estive a ver um vídeo do CB Acontece, onde vinham, de facto, enunciadas essas medidas, mas na parte do comércio o que diz a isenção das taxas de esplanadas e possibilidade de aumento, nem todos os empresários de pequenos negócios usam esplanadas, portanto, esses ficam excluídos. A isenção de taxas do Mercado Municipal nem todos os pequenos empresários do concelho usam o Mercado Municipal, por isso estão excluídos. A isenção de taxas de utilização do campo da feira, nem todos os pequenos negócios e pequenos empresários do concelho usam o Mercado, por isso continuam excluídos. Isenção de estabelecimentos comerciais nem todos usam os edifícios da Câmara, portanto, também não estão incluídos nesta medida e a base dados de estabelecimentos abertos, não estão lá todos os que estão abertos no concelho. Por isso há no nosso entender muito a fazer nesta parte do Comércio e era essa a nossa recomendação.

**Álvaro Manuel Reis Batista (PSD)** – Apenas para deixar aqui um esclarecimento, como o Senhor Presidente conhecerá que é a circunstância de cada Grupo Municipal nos termos do artigo 43º, nº. 1 do nosso Regimento, têm 10 minutos para intervir em cada ponto da ordem do dia e não 3 minutos como o Senhor Presidente mencionou.

**Presidente da Assembleia Municipal** – Não tem, não. Senhor Deputado, o uso da palavra para pedido de esclarecimento, limita-se à formulação concisa de perguntas sobre a matéria e dúvida não poderá exceder os três minutos.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

**Álvaro Manuel Reis Batista (PSD)** – Senhor Presidente, estava a fazer uma intervenção e as nossas intervenções se me permite, desde que não saia do tema, posso utilizar o tempo como muito bem entender. Se eu quiser durante a minha intervenção colocar questões ao Senhor Presidente da Câmara, aos Senhores Vereadores, ao PS, ou Governo, tenho o direito de o fazer. E, portanto, pedidos de esclarecimentos é uma coisa completamente diferente.

Em cada tema ou discussão cada Grupo Municipal tem 10 minutos.

Relativamente a este tema que está aqui em causa, não podemos estar contra a tudo aquilo que seja a favor dos Municípes de Castelo Branco. Agora os problemas do Covid-19, ainda não acabaram, continua na nossa sociedade e o peso sobretudo na economia local vai ser imenso. Na nossa perspetiva a Câmara não deverá levar em consideração os votos que a gente hoje aqui vai exprimir como se tivesse tudo feito, se tivesse tudo feito na nossa perspetiva, a Câmara Municipal no que diz respeito à mitigação dos efeitos do Covid-19, fez ainda muito pouco e tem muito mais para fazer e é isso que reivindicamos.

Vamos votar a favor, não podemos votar contra medidas que são favoráveis para os municípes, mas dentro desses votos estará uma grande insatisfação, relativamente, a muito mais que falte fazer e, relativamente, ao qual nos parece que a Câmara anda demasiado despreocupada.

### **3.1 – Reunião da Câmara Municipal de 20/03. (Proposta nº. 11/2020)**

**A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar as respetivas medidas.**

**Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 2.**

**Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.**

### **3.2 – Reunião da Câmara Municipal de 03/04. (Proposta nº. 12/2020)**

**A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar as respetivas medidas.**

**Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 3.**

**Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.**



53

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

### **3.3 – Reunião da Câmara Municipal de 08/05 (anexo). (Proposta n.º 13/2020)**

**A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar as respetivas medidas.**

**Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 4.**

**Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.**

### **3.4 – Reunião da Câmara Municipal de 18/05 (anexo) – (Proposta n.º 14/2020)**

**A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar as respetivas medidas.**

**Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º5.**

**Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.**

**Ponto 4 – Ratificação da Proposta de “Combate ao Covid-19. Estado de Emergência. Uniões e Juntas de Freguesia. Tomada de medidas de apoio com vista à proteção da saúde das populações das freguesias”. (Proposta n.º 15/2020)**

**A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar a proposta de Combate ao Covid-19. Estado de Emergência. Uniões e Juntas de Freguesia. Tomada de medidas de apoio com vista à proteção da saúde das populações das freguesias, no valor de dez mil euros a cada entidade.**

**Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º16.**

**Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.**





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

**Ponto 5 – Discussão e votação da proposta de “Contratos Interadministrativos com as Uniões e Juntas de Freguesia:**

**José Alberto Moreira Duarte (PSD)** – Da mesma forma que o Dr. Álvaro Batista referiu aqui, temos aprovado todas estas descentralizações para as freguesias sempre que haja necessidade destas obras. Atendendo que estamos no mês de junho e vem aí o novo orçamento, entendemos que as juntas de freguesia têm capacidade para gerir os seus orçamentos e, como tal porque não estes valores serem decididos na Câmara e depois retificados e distribuídos, o porquê não serem atribuídos em orçamento nas freguesias, são suficientemente capazes de compreender o que é mais importante para as suas freguesias e aí orçamentarem também nos seus orçamentos e fazerem estas obras diretamente a não ser nesta forma que aqui está.

É um desafio que deixamos ao Município e às Juntas de Freguesias se assim o entenderem.

Não quero dizer que não haja uma situação pontual, pode acontecer, agora desta forma sucessiva e sistematicamente, entendemos que era importante deixar esta ideia.

**Presidente da Câmara** – O que está aqui em causa não são as transferências de competências. São contratos interadministrativos que estão aqui a ser aprovados. Um contrato interadministrativo tem a ver com questões, nomeadamente, de obras e investimentos que não são da competência da Câmara, nem estamos a transferir competências para as Juntas de Freguesias.

Por exemplo, obras num edifício que é da Junta de Freguesia, a Câmara não pode fazer esse investimento. E, portanto, fazendo um contrato interadministrativo no sentido de apoiar a Junta de Freguesia para a realização desse investimento, estamos a falar de contratos interadministrativos e não de transferências de competências porque não há aqui uma verdadeira transferência de competências, existe apenas um apoio da Câmara Municipal para a realização de coisas que dizem respeito às Juntas de Freguesia.

**Leopoldo Martins Rodrigues (Presidente da Junta de Freguesia de Castelo Branco)** – Eu só queria perguntar ao Senhor Deputado qual era a figura jurídica que suporta isso?

**5.1. Danos causados por temporal. Obras no Cemitério “Velho” da Junta de Freguesia S. Vicente da Beira. (Proposta nº. 16/2020)**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Contrato Interadministrativo para obras no Cemitério “Velho” da Junta de Freguesia S. Vicente da Beira, no valor de 45.000,00 euros.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º7.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

**5.2. Projeto para Requalificação do Recinto de Festas da Póvoa de Rio de Moinhos (Junto ao Polidesportivo) e Reabilitação do Salão de Festas. União de Freguesias de Póvoa de Rio de Moinhos e Cafede. (Proposta n.º. 17/2020)**

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Projeto para Requalificação do Recinto de Festas da Póvoa de Rio de Moinhos (Junto ao Polidesportivo) e Reabilitação do Salão de Festas da União de Freguesias de Póvoa de Rio de Moinhos e Cafede, no valor de 24.600,00 euros.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º8.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

**5.3. Projeto de Requalificação do Recinto de Festas (Largo da Junta) e Reabilitação da Cobertura do Edifício da Junta de Freguesia. Junta de Freguesia de Tinalhas. (Proposta n.º. 18/2020)**

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Projeto de Requalificação do Recinto de Festas (Largo da Junta) e Reabilitação da Cobertura do Edifício da Junta de Freguesia de Tinalhas, no valor de 69.751,64 euros.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º9.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

**Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.**

**5.4. Readaptação do Edifício Sede da Freguesia, com Vista a Garantir Mais Acessibilidades ao Espaço e Reforçar as Condições de Segurança. União das Freguesias de Cebolais de Cima e Retaxo. (Proposta n.º 19/2020)**

**A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o projeto de readaptação do Edifício Sede da Freguesia, com Vista a Garantir Mais Acessibilidades ao Espaço e Reforçar as Condições de Segurança da União das Freguesias de Cebolais de Cima e Retaxo, no valor de 13,025,55 euros.**

**Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º10.**

**Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.**

**5.5. Criação do Espaço Cidadão. União das Freguesias de Escalos de Cima e Lousa. (Proposta n.º 20/2020)**

**A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a criação do Espaço Cidadão. União das Freguesias de Escalos de Cima e Lousa. No valor de 7.950,00 euros.**

**Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º11.**

**Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.**

**5.6. Adaptação do Edifício Sede da Junta de Freguesia a Espaço Cidadão. Junta de Freguesia de Louriçal do Campo. (Proposta n.º 21/2020)**



A handwritten signature in black ink, consisting of a vertical line with a horizontal crossbar and a large, stylized loop to the right.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a adaptação do Edifício Sede da Junta de Freguesia a Espaço Cidadão da Junta de Freguesia de Louriçal do Campo, no valor de 140.470,04 euros.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º12.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

**5.7. Obras de Melhoramento do Cemitério de Tinalhas. Adenda ao Contrato Interadministrativo (Deliberação da Câmara Municipal de dia 22 de Abril de 2019). Junta de Freguesia de Tinalhas. (Proposta n.º. 22/2020)**

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar as obras de Melhoramento do Cemitério de Tinalhas. Adenda ao Contrato Interadministrativo (Deliberação da Câmara Municipal de dia 22 de abril de 2019) da Junta de Freguesia de Tinalhas, no valor de 32.700,00 euros.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º13.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

**5.8. Pessoal Não Docente e Refeições do Pré-Escolar e do 1.º Ciclo. Retificação de Contrato Interadministrativo (Deliberação da Câmara Municipal de 06/12/2019, sob o Ponto 9.3.4. Juntas e Uniões de Freguesias. Transportes Escolares, Refeições e Componente de Apoio à Família nos Jardins de Infância e Escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico, da Ordem de Trabalho). União das Freguesias de Escalos de Cima e de Lousa. (Proposta n.º. 23/2020)**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a retificação de Contrato Interadministrativo (Deliberação da Câmara Municipal de 06/12/2019, sob o Ponto 9.3.4. Juntas e Uniões de Freguesias. Transportes Escolares, Refeições e Componente de Apoio à Família nos Jardins de Infância e Escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico, da Ordem de Trabalho) da União das Freguesias de Escalos de Cima e de Lousa, no valor de 29.197,39 euros.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º14.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

**Ponto 6- Discussão e votação da proposta de “Geminação entre cidades: Castelo Branco – Bissau.” (Proposta n.º. 24/2020)**

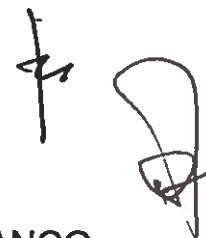
**Presidente da Câmara** – Foi uma iniciativa da cidade de Bissau como foi apresentado o documento. É uma proposta de Geminação com Castelo Branco e terá a ver com o número de alunos que estão a estudar no Instituto Politécnico de Castelo Branco e também por uma visita que recebemos aqui do Presidente de Bissau que solicitou uma visita a Castelo Branco, no sentido, de conhecer aquilo que estamos a fazer na nossa cidade. No seguimento disso, foi-nos proposto esta geminação ao qual deixamos à vossa consideração.

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Geminação entre Cidades de Castelo Branco e Bissau.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º14.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

**Nuno Duarte Mimoso Mimoso Figuinha (PSD)** - O PSD vai votar favoravelmente porque também achou que fará todo o sentido para Castelo Branco e para os alunos de Bissau.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

**Ponto 7 - Apreciação da proposta de “Inventário de Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e Respetiva Avaliação, em 31 de dezembro de 2019”:**

**Presidente da Câmara** – Foi presente o valor Patrimonial da Câmara Municipal e dos Serviços Municipalizados de Castelo Branco e, portanto, só para uma questão de valor técnico e contabilístico e, portanto, fica a apreciação da Assembleia Municipal.

### **7.1. Câmara Municipal de Castelo Branco. (Proposta n.º 25/2020)**

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 5 abstenções do PSD, aprovar o Inventário de Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e Respetiva Avaliação, em 31 de dezembro de 2019, da Câmara Municipal de Castelo Branco, com o valor patrimonial de 408.896.587,13 euros.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º15.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

### **7.2. Serviços Municipalizados de Castelo Branco. (Proposta n.º 26/2020)**

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 5 abstenções do PSD e restantes votos a favor, aprovar o Inventário de Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e Respetiva Avaliação, em 31 de dezembro de 2019, dos Serviços Municipalizados de Castelo Branco, com o valor patrimonial de 51.119.889,07 euros.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º16.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

**Ponto 8 - Apreciação e votação da proposta de “Documentos de Prestação de Contas do Exercício do ano 2019”:**





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

### 8.1. Câmara Municipal de Castelo Branco. (Proposta n.º 27/2020)

Álvaro Manuel Reis Batista (PSD) - Queria começar por dizer, Senhores Deputados Municipais, que a Câmara pelos indicadores económicos tem estado a ser tudo menos bem gerida porque nos anúncios da televisão dizem que o algodão não engana e aqui digo que os números não enganam.

No que diz respeito a esta Execução Orçamental de 2019, Despesas com Pessoal subiram desde o ano passado até este ano 5,51%, subiram desde 2015, 19,35%. A pergunta que me compete fazer, Senhores Deputados Municipais, as pessoas lá fora, a Câmara está a prestar um melhor serviço aos seus munícipes, ou não está, relativamente aos anos anteriores? E a resposta é clara. Não está.

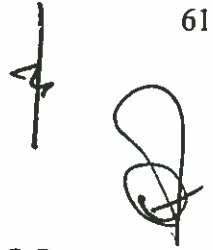
E, portanto, a Câmara tendo aumentado a despesa com o pessoal, tendo aumentado o número de trabalhadores, aumentou 5,14% de 2017 para 2018, aumentou 4,4% de 2018 para 2019, não presta o melhor serviço, logo a justificação é que está a ser mal gerida.

No que diz respeito à Despesa Corrente que também é um bom indicador de eficiência na gestão, ela está a subir desde 2015. Em 2019 foi de vinte e três milhões de euros, subiu sempre, o que é obviamente sinal de má gestão.

No que diz respeito à Despesa de Capital, então o resultado é absolutamente desastroso.

A Câmara Municipal este ano, o ano que estamos a apreciar, ano de 2019, apenas executou 57% daquilo que prometeu aos albicastrenses fazer, quando lhes apresentou o Orçamento para o ano em causa. O que significa que a Câmara Municipal fez pouco mais de metade do que prometeu e isto é grave. Obviamente, se pensarmos na Despesa Corrente também temos que ver que ela baixou, relativamente ao ano passado.

A Câmara Municipal de Castelo Branco teve o ano passado um prejuízo superior a um milhão de euros, este ano de 2019 a Câmara teve um prejuízo, teve uma menos valia de três milhões e quinze mil euros. No que estava previsto em termos do Plano Plurianual de Investimento, em termos de Habitação e Serviços Coletivos a Câmara Municipal prometeu aos



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

albicastrenses que iria investir neste setor, duzentos e trinta e nove mil euros, investiu apenas cento e vinte e nove mil euros, pouco mais de metade.

No que diz respeito às Funções Sociais que a Câmara Municipal tanto gosta de falar, prometeu às pessoas que iria investir quatro milhões e quatrocentos mil euros, pois o resultado foi também pouco mais de metade de dois milhões e quatrocentos mil. Ficaram por investir nas funções sociais dois milhões de euros no Concelho de Castelo Branco e é por isso que olhamos para as pessoas, vemos os munícipes, vemos as pessoas mais desfavorecidas, vemos os pequenos comerciantes a queixarem-se que a ação da Câmara tem sido quase nula que eles nem notam resultado da sua intervenção.

Proteção do Meio Ambiente e de Proteção da Natureza, a Câmara prometeu às pessoas investir um milhão cento e cinquenta mil euros, só conseguiu executar seiscentos e oitenta mil.

Prometeu nos Serviços da Cultura Recreativos e Religiosos investir duzentos e quarenta mil euros, fez menos de metade, apenas cento e seis mil.

Do orçamento total, em termos de Plano Plurianual de Investimentos previstos, dez milhões de euros, a Câmara executou seis milhões.

E, portanto, quando se fala em gestão, a Câmara Municipal de Castelo Branco tem que pedir desculpa aos albicastrenses porque não soube estar à altura das circunstâncias

**João Miguel Correia Dias Pereira (PS)** – A primeira nota é para estarmos todos bem e para que assim continue, temos aqui um ano difícil, ainda não sabemos bem qual vai ser o impacto que esta pandemia vai gerar, ainda há muita poeira no ar, portanto, penso que temos que estar todos unidos naquilo que é a defesa da Saúde Pública e na defesa daquilo que é o futuro da nossa economia.

E por falar em economia, o Senhor Dr. Álvaro Batista, Deputado Municipal do PSD, para além de uma lição que nos dá em ajustes diretos, também nos dá uma de gestão e, portanto, fico contente por estar aqui também a ouvir aquilo que muitas vezes olhamos para os números e os números são números. Dizer que há má gestão quando a Câmara Municipal tem um superavit, as receitas são maiores que as despesas, quando liberta cerca de oito milhões de euros para



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

investimentos, naquilo que é a atividade não só imaterial, mas também material e, portanto, considerar aqui a má gestão é um bocadinho lançar a poeira para os olhos das pessoas.

Eu resumiria este Orçamento e já vamos pelo menos no sétimo Orçamento, ou Prestação de Contas e há três palavras que caracterizam isto: estabilidade, robustez e solidez. E tem sido este Executivo ao longo destes anos com as adequações normais daquilo que é a própria evolução da nossa vida e, portanto, temos na nossa vida uma execução do orçamento de setenta e três por cento, o resultado negativo cá está e podemos dizer “o resultado de três milhões negativos, se calhar temos que ver que os resultados contemplam as amortizações e qualquer pessoa que ande nas empresas sabe isso”. Só em amortizações temos um milhão e seiscentos mil euros, limpamos e desculpem-me a expressão tudo o que era reservas da Certificação Legal de Contas, quer dos SMAS quer do imobilizado, sobretudo do Programa Polis. Portanto, a Câmara e o Executivo têm aqui condições para poder perspetivar o futuro e o futuro que temos é um futuro incerto e o Executivo só pode fazer aquele investimento, neste momento àquilo que foi o apoio à pandemia porque tinha condições financeiras para o fazer, portanto, de certeza que não é por má gestão e não foi preciso ir à banca para dar apoio naturalmente às famílias e às nossas populações. Este 2020 é um ano de incerteza e, portanto, só contas sólidas, robustas e estáveis é que permitem em primeiro lugar preparar aquilo que poderá ser e será infelizmente, penso eu, uma grande dificuldade que vamos todos enfrentar na nossa economia e nas nossas populações. Em segundo lugar, não esquecer que se não fosse a pandemia estaríamos hoje a discutir o próximo Quadro Comunitário de Apoio e para poder concorrer a projetos é preciso ter solidez financeira e é preciso ter condições para os executar.

Penso que o próximo período, 2021/2027 da programação e investimentos a Câmara Municipal de Castelo Branco consegue reunir as condições para poder, naturalmente continuar a investir e, sobretudo, melhorar a qualidade de vida dos cidadãos.

**Álvaro Manuel Reis Batista (PSD)** - Senhor Deputado e também Senhor Presidente, se porventura, o Senhor Deputado não conseguir responder.

Na Certificação Legal de Contas como o Senhor Deputado deve ter reparado, aparece um ênfase que diz e passo a citar “O Município registou na conta cinquenta e nove resultados



63  
fz

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

transitados durante este exercício de diversos movimentos, quer a débito nove virgula cinco milhões de euros, quer a crédito vinte e oito ponto um milhões de euros, referentes a várias regularizações das quais as mais significativas, referem-se à transferência de bens para os SMAS de Castelo Branco, três ponto zero sessenta e cinco milhões de euros líquidos a crédito e ao reconhecimento dos bens e subsídios afetos ao Programa Polis, vinte ponto oito milhões de euros líquidos a débito”.

Senhor Deputado Municipal, um Município que tem passado tantos anos, ênfases desta natureza na Certificação Legal de Contas do Revisor, de certeza que não está uma boa gestão das contas públicas. Perguntava-lhe o que é que o Senhor tem a dizer relativamente a esta situação.

**Francisco José Alveirinho Correia (Diretor do Departamento de Administração Geral)** –

Foi ótimo este assunto ter vindo aqui ao debate porque queria começar por dizer que desde 2007 a Câmara Municipal de Castelo Branco tem Revisor Oficial de Contas, já teve duas empresas, faz as consultas a três, quatro, cinco empresas e até agora já teve duas Sociedades de Revisores. E queria dizer que em 2007 tivemos nove reservas e três ênfases e fomos andando na procura da melhoria das contas, da transparência e, efetivamente, este é o primeiro ano em que não há reservas. Eu tive a oportunidade de fazer um documento introdutório a explicar o que é que fomos fazendo ao longo destes anos todos em termos da melhoria das contas e, efetivamente, eu e a minha equipa e tenho que lhes agradecer a eles, estamos muito satisfeitos em termos só uma ênfase e essa ênfase é normal acontecer, porquê? Porque é normal, das várias regularizações que foram feitas ao longo do ano e que os Revisores e muito bem entenderam colocar essa mesma ênfase.

Quero dizer que uma ênfase são situações que não modificam a opinião do auditor. Ele mantém a opinião que aquilo está conforme e, aliás esteve conforme de acordo com a transferência do Património que havia para os SMAS, teve de acordo com a regularização que foi feita na transferência dos subsídios ainda do FEDER- Programa Polis porque o valor eram setenta e nove milhões e ainda faltava regularizar treze milhões, neste momento está certo, o valor que ainda falta transferir para proveitos é de um milhão seiscentos mil euros, eles também estão de acordo e não fizeram nenhuma reserva, enfim eliminamos as reservas todas.



64

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Quero também dizer que estas ênfases têm a ver precisamente, com os movimentos que são feitos na pág. 59 e o Senhor Deputado tem nessa página da Prestação de Contas, página 7 do anexo, as reduções que foram feitas e os aumentos foram feitos e, portanto, aquilo que tenho a dizer é que efetivamente, fizemos o nosso trabalho percorremos o caminho certo e é por isso que os Revisores vêm aqui, no seu parecer dizer que “em face do exposto, não tendo tomado conhecimento de violação de lei... a Assembleia Municipal aprove e vote favoravelmente o Relatório de Gestão, bem como o Balanço e Contas apresentadas referentes ao ano 2019 e seja aprovada a Proposta de Aplicação de Resultados”.

Portanto, o que tenho a dizer é que houve ao longo dos anos todos uma melhoria e essa melhoria está traduzida na redução de todas as reservas e a reservas são situações que afetam a sua opinião e, portanto, desta vez não temos nenhuma reserva. Temos sim, a ênfase fase aos movimentos que tivemos que fazer para chegar à eliminação das ênfases, portanto, é isso que queria dizer.

Gostaria de dizer também que quer na situação regularizada dos Serviços Municipalizados, quer do FEDER-Polis, notificamos os Revisores e eles concordaram e posteriormente eles eliminaram a reserva e mantiveram em ênfase como é normal.

**João Miguel Correia Dias Pereira (PS)** – O Dr. Alveirinho também é de Malpica, mas juro que não estive com ele e não combinamos nada disto, apesar de lá ter passado o fim de semana. Eu penso que aqui as intervenções são de cariz claramente político e, penso que ficou aqui bem evidente que, de facto, não há aqui má gestão que é a palavra feia. E, portanto, a única pergunta que devolvo ao Senhor Dr. Álvaro Batista é se está satisfeito com a explicação técnica e com as condições.

**Carina Sofia Filipe Caetano (CDU)** - Confesso que fiquei aqui com uma dúvida com os números e não me quero ir embora com esta dúvida e aproveito que está aqui o Dr. Alveirinho para esclarecer. Portanto, a taxa de execução é de cinquenta e sete por cento ou setenta e três por cento?

**Francisco José Alveirinho Correia (Diretor do Departamento de Administração Geral)** – Na parte do Relatório de Gestão, temos aqui a Receita Corrente que teve oitenta por cento de





A handwritten signature in black ink, consisting of a vertical line with a horizontal crossbar and a large, stylized loop at the bottom.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

execução e a receita de capital teve dezanove por cento, o que dá mais ou menos em termos de receita global setenta e três por cento.

Em termos de despesa, sessenta e seis por cento para a Corrente e Despesa de Capital, trinta e três por cento o que dá setenta e três por cento, também.

**Presidente da Câmara Municipal** – Somos tão maus na nossa gestão, quando chegamos ao argumento que as Despesas de Pessoal subiram cinco por cento, está tudo dito.

Quero dizer que tínhamos muitas formas de resolver o problema que era não aumentar os trabalhadores da Câmara, não haver aumentos salariais, nem reposicionamentos de carreira, assim pouparíamos muito dinheiro. Essa não é a nossa perspetiva e, por outro lado, dizer que pergunte aos senhores Diretores dos Agrupamentos de Escolas porque a grande contratação que a Câmara fez foi de assistentes operacionais para as escolas.

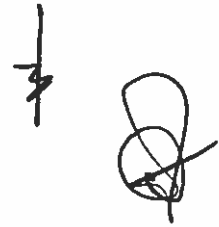
Nós já deixamos há muito tempo aquilo que são investimentos, obras de primeira necessidade e temos construído felizmente muitas infraestruturas que estão ao serviço das pessoas e, felizmente, essas infraestruturas carecem de ter pessoas a trabalhar porque essa é a opção da Câmara Municipal em dar este salto equitativo em termos de estratégia e desenvolvimento.

E por fim, é que depois disto, depois de tanta contratação, tantos aumentos de Despesa com Pessoal, estamos no peso daquilo que são as despesas com o pessoal, relativamente àquilo que é o nosso orçamento e o nosso executado com percentagens muito inferiores àquilo que é comum a nível nacional e que é a generalidade dos Municípios, portanto, isso também demonstra a boa gestão que temos, como demonstra termos a capacidade de continuar a transferir Receita Corrente para a Despesa de Capital.

**A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 5 votos contra do PSD e 2 abstenções da CDU e CDS/PP e restantes votos a favor, aprovar os Documentos de Prestação de Contas do Exercício do ano 2019, da Câmara Municipal de Castelo Branco.**

**Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º17.**





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

### **8.2. Serviços Municipalizados de Castelo Branco. (Proposta n.º 28/2020)**

**Presidente da Câmara** – Têm presente as Contas dos Serviços Municipalizados demonstram aquilo que tem sido uma gestão positiva, uma gestão que continua a ter como objetivo, a sua sustentabilidade, melhoria permanente da eficiência como forma de boa gestão e de honorários dos nossos serviços da matéria em causa, nomeadamente, água, saneamento e resíduos. E lembrar aqui aquilo que têm sido referências permanentes em termos de boa avaliação a estes Serviços Municipalizados, nomeadamente, também como grande indicador que é termos conseguido atingir que permitiu estes níveis de eficiência, como estava a dizer na taxa de perdas de água que somos um excelente exemplo a nível nacional.

**José Alberto Moreira Duarte (PSD)** – Analisado o Relatório que nos foi apresentado sobre as Contas dos Serviços Municipalizados de Castelo Branco pudemos verificar o seguinte:

Ponto 1, registou-se uma baixa pouco significativa nos consumos domésticos e um aumento de 14,85% nos consumidores não domésticos;

Ponto 2, relativamente ao consumo da água, baixaram os consumos, tanto dos consumidores domésticos, 7% a menos, com os não domésticos, 26%;

Ponto 3, relativamente à faturação da água uma redução de ambos consumidores, registou uma redução de 18%;

Ponto 4, no que respeita ao saneamento, regista-se um decréscimo não significativo dos consumidores domésticos, um aumento de 14,3% nos consumidores não domésticos;

Acontece que a faturação da tarifa de saneamento dos consumidores não domésticos teve um acréscimo de 48,48%;

Já no que respeita à tarifa variável de saneamento registou-se um decréscimo nos consumidores domésticos e 23,59% nos não domésticos.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Passando à tarifa dos resíduos sólidos urbanos RSU, temos verificado um acréscimo de 14,4% nos consumidores domésticos e de 13,7% nos consumidores não domésticos.

Analisando a evolução da faturação da tarifa variável RSU, podemos constatar de 27% nos consumidores domésticos e de 36% nos não domésticos.

Analisando a evolução das quantidades de RSU podemos verificar e concluir que houve um acréscimo de 0,7% nos domésticos e um decréscimo de 20% nos não domésticos.

Tomando em consideração as explicações constantes do mesmo Relatório, podemos verificar na página 21 o seguinte, “na sequência dos ajustamentos introduzidos nos tarifários de 2019, registou-se uma redução superior a 11% das receitas relativas às cotas de disponibilidade com especial impacto nos utilizadores domésticos, evidenciando a preocupação dos SMAS em reduzir os encargos das tarifas” fim de citação.

Uma breve nota, os valores apresentados no quadro 16, da pág. 29 não correspondem à respetiva apresentação. Deixamos então algumas questões para as quais agradeço as respostas:

Quando foram aprovadas as tabelas que permitiram atualizar os tarifários acima referidos?

Assim sendo, como se explica o aumento de 48% na faturação da tarifa fixa do saneamento dos Consumidores não Domésticos?

No que respeita à faturação da taxa variável de RSU, qual a explicação para o aumento de 36% dos consumidores não domésticos, sabendo que a evolução das quantidades foi um decréscimo de 20%?

Para finalizar, não podemos deixar de registar a existência de aproximadamente de mais trinta e oito milhões de euros do que em 2018, que referimos de previsões, assim como uma baixa execução de 42,59% do orçamento, em que foram executados dois virgula cento e quarenta e cinco milhões de euros, num orçamento total de cinco virgula zero trinta e nove milhões de euros.

**Presidente da Câmara** - As tarifas foram aprovadas na Câmara e esses valores que referiu, evidentemente, dizem respeito a ajustamentos nos planos tarifários.

Quero dizer que é decorrente, é normal porque a tarifa não é única, é por escalões e, portanto, os ajustamentos nesses escalões depois teriam estes números que aqui foram falados.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 5 votos contra do PS e 2 abstenções da CDU e CDS/PP e restantes votos a favor, aprovar os Documentos de Prestação de Contas do Exercício do ano 2019, dos Serviços Municipalizados de Castelo Branco.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 18.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

### **Ponto 9 - Discussão e votação da proposta de “1ª. Alteração Orçamental Modificativa (Revisão) e às Grandes Opções do Plano e Orçamento do ano 2020”:**

#### **9.1 Câmara Municipal. (Proposta n.º. 29/2020)**

#### **Francisco José Alveirinho Correia (Diretor do Departamento de Administração Geral) –**

Como é habitual apuramos o saldo que transitou dos fundos disponíveis, fizemos uma proposta de alteração orçamental no sentido de reforçar as GOP, o reforço do saldo do PPI e de ações mais relevantes foi de cinco milhões trezentos e oitenta e cinco mil euros e para os anos seguintes, setecentos e trinta e quatro mil euros.

Fizemos também alterações no orçamento da despesa, reforço da rubrica no valor de um milhão quatrocentos e oitenta e dois mil, oitocentos e quarenta e oito euros e dez cêntimos. No orçamento da receita a comparação do saldo da gerência que é aquele que se vai buscar à gerência que transitou e foi apurada nas contas, no valor de seis milhões oitocentos e setenta e sete, oitocentos e quarenta e seis euros e dez cêntimos.

Queria-vos dizer que a seguir estão todos os mapas e que estas alterações orçamentais têm que ser todas fundamentadas para serem submetidos à DGAL, portanto esses mapas são muitos, mas respeitam precisamente aquilo que é necessário para que as alterações orçamentais sejam agora aprovadas.



69

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 5 votos contra do PSD e 2 abstenções da CDU e CDS/PP e restantes votos a favor, aprovar a 1ª. Alteração Orçamental Modificativa (Revisão) e às Grandes Opções do Plano e Orçamento do ano 2020, da Câmara Municipal de Castelo Branco.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º19.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

### 9.2 Serviços Municipalizados de Castelo Branco”. (Proposta n.º. 30/2020)

**Presidente da Câmara Municipal** – É uma situação idêntica àquilo que foi aqui dito para a Câmara Municipal, visa a atualização do saldo da Conta de Gerência, portanto dos Serviços Municipalizados.

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 5 votos contra do PSD, 2 abstenções da CDU e CDS/PP e restantes votos a favor, aprovar a 1ª. Alteração Orçamental Modificativa (Revisão) e às Grandes Opções do Plano e Orçamento do ano 2020, dos Serviços Municipalizados de Castelo Branco.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º20.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

**Ponto 10 - Discussão e votação da proposta de “Alteração ao Mapa de Pessoal. Aeródromo Municipal. Criação de um Cargo de Direção Intermédia de 3.º Grau e três Postos de Trabalho”. (Proposta n.º. 31/2020)**



70

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

**Presidente da Câmara Municipal** – É mais uma vez a alteração ao Mapa de Pessoal tendo-se verificado a necessidade de criarmos alguns postos de trabalho, relativamente à gestão do aeródromo municipal que é cada vez mais exigente e mais confuso.

**Digo mais uma vez que não é uma contratação, mas sim uma alteração ao Mapa de Pessoal.**

**A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 5 abstenções e os restantes votos a favor, aprovar a alteração ao Mapa de Pessoal. Aeródromo Municipal. Criação de um Cargo de Direção Intermédia de 3.º Grau e três Postos de Trabalho”.**

**Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º21.**

**Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.**

**Ponto 11 - Discussão e votação da proposta de “Criação de uma Comissão Permanente de Trabalho”.**

**Presidente da Assembleia Municipal** – Já tínhamos falado nisto mais que uma vez com alguns membros da Assembleia Municipal e agora nesta época de pandemia verificamos mesmo que se justificava haver uma Comissão Permanente, digamos assim, para poder reunir e com essa Comissão, poder resolver alguns problemas que neste caso estávamos impedidos pela Pandemia.

**Falei também com todos os Grupos Municipais e a proposta que temos aqui é para constituirmos uma Comissão com os membros de todos os Partidos: 1 do CDU, 1do BE, 1 do**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

CDS/PP, 2 do PSD e 6 do PS, para mantermos a mesma proporcionalidade que tem a eleição direta. Portanto, já tenho aqui a proposta para colocarmos à votação:

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a criação de uma Comissão Permanente de Trabalho:

Arnaldo Jorge Pacheco Brás; (PS)

Leopoldo Martins Rodrigues ( PS)

Maria de Lurdes Gouveia da Costa Barata; (PS)

Maria do Carmo Almeida Nunes;(PS)

Jorge Manuel Vieira Neves; (PS)

Francisco Manuel Pombo Lopes; (PS)

Eliseu Matos Pereira; (PSD)

José Alberto Moreira Duarte; (PSD)

José Manuel Pires Ribeiro; (BE)

Carina Sofia Filipe Caetano (CDU)

Francisco de Assis Palhinha de Oliveira Martins (CDS)

### Aditamento

**Ponto 12 - Discussão e votação da proposta de “Transferências de Competências. Justiça, Associação de Bombeiros, Transporte em Vias Navegáveis Interiores e Áreas Navegáveis Interiores e Áreas Portuárias”. (Proposta nº. 32/2020)**

**Jorge Pio (Vereador)** – Resumindo o que está aqui em causa, é apenas a deliberação da Assembleia Municipal sobre a passagem das competências relacionadas com a justiça para a Comunidade Intermunicipal, no sentido de resolver uma situação que ainda esta por deliberar da parte da Assembleia Municipal de Castelo Branco.





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

**A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 1 voto contra CDU, aprovar a aceitação da seguinte Transferência de Competências:**

**Decreto-Lei nº. 101/2018, de 29/11/2018 – Domínio da Justiça, devendo as restantes ser recebidos em 2021:**

**Decreto-Lei nº. 103/2018, de 29/11/2018 – Associação de Bombeiros;**

**Decreto-Lei nº. 58/2019, de 30/04/2019 – Transporte em vias navegáveis interiores;**

**Decreto-Lei nº. 72/2019, de 28/05/2019 – Áreas Portuárias.**

**Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 22.**

**Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.**

**Ponto 13 - Discussão e votação de propostas de “Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios de Castelo Branco (2020-2029)”. (Proposta nº. 33/2020)**

**José Augusto Alves Rodrigues Alves (Vice-Presidente)** – Quero dizer que em relação ao Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios de Castelo Branco, foi todo elaborado por uma participação ativa, dinâmica e participativa de todos os elementos e daí termos já aqui à discussão este Plano Municipal contra Incêndios de Castelo Branco, no período entre 2020 a 2029. É um plano de terceira geração e é dos primeiros a ser aprovados se a Assembleia assim o considerar, no nosso Distrito, o que também é uma mais valia para os tempos que aí vão e também para o futuro, tendo em consideração o que aconteceu em 2017, a nova legislação e tudo isso e teve a participação como disse de muitas entidades.

Portanto, é o nosso plano ajustável ao nosso território que é um plano como uma grande predominância de área florestal.

**A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios de Castelo Branco (2020-2029).**

**Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 23.**




## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

### CONCLUSÃO DA ATA

E, não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Presidente da Mesa encerrada a sessão, eram treze horas e trinta e cinco minutos, mandando que de tudo, para constar, se lavrasse a respetiva ata.

**O Presidente da Assembleia Municipal,**



**O 1.º Secretário,**

